

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
JULIANA TAINARA LOEBLEIN

FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: PENITENCIÁRIA INCLUSIVA COM
ÊNFASE NA ARQUITETURA

CASCADEL

2019

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
JULIANAN TAINARA LOEBLEIN**

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: PENITENCIÁRIA INCLUSIVA COM
ÊNFASE NA ARQUITETURA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da FAG, apresentado na modalidade Projetual, como requisito parcial para a aprovação na disciplina: Trabalho de Curso: Qualificação.

Professor Orientador: Moacir José Dalmina Junior

**CASCADEL
2019**

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
JULIANA TAINARA LOEBLEIN

FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS COM ÊNFASE NA ARQUITETURA

Trabalho apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Professor Arquiteto Mestre Moacir José Dalmina Junior.

BANCA EXAMINADORA

Professor Orientador
Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz
Prof. Arq. Me. Moacir José Dalmina Junior

Professora Avaliadora
Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz
Profa. Arq. Me. Cássia Brum de Souza

Cascavel/PR, 16 de Outubro de 2019

RESUMO

A presente pesquisa está vinculada ao Grupo de Pesquisa Estudos e Discussões de Arquitetura e Urbanismo, tendo como referência a busca de diversas informações de revisão bibliográfica. Apresenta um estudo sobre a história das penitenciárias, bem como sua função e, também sobre o atual sistema prisional. Justifica-se pelas contribuições que a mesma poderá trazer para melhor compreensão da função social do arquiteto na concepção de espaços, dos sistemas construtivos utilizados em obras prisionais e a influência do ambiente no comportamento e ressocialização do indivíduo aprisionado. O problema motivador da pesquisa foi assim definido: É possível a ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro? E como ponto de partida, têm-se como hipótese que, o aprendizado e consequente reabilitação de um presidiário são os passos certos para a criação de cidades onde a reincidência criminal deixe de ser protagonista no cenário urbano violento.

Palavras Chaves: Arquitetura. Penitenciárias. Ressocialização.

.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Penitenciária Petite Roquette	14
Figura 2: Planta Penitenciária Petite Roquette	14
Figura 3: Litografia da Penitenciária de Cherry Hill, Filadélfia	15
Figura 4: Planta Penitenciária de Cherry Hill, Filadélfia	16
Figura 5: Planta Penitenciária de Auburn.....	17
Figura 6: Penitenciária de Fresnes	18
Figura 7: Casa de câmara e Cadeia de Mariana	19
Figura 8: Plantas do Pavimento Térreo Casa de Câmara e Cadeia de Mariana	20
Figura 9: População Prisional no Brasil por Unidade da Federação	23
Figura 10: Escolaridade das pessoas provadas de liberdade no Brasil.....	23
Figura 11: Perspectiva Externa Associação de Engenheiros e Arquitetos de Sorocaba	29
Figura 12: Associação de Engenheiros e Arquitetos de Sorocaba	30
Figura 13: Implantação Associação de Engenheiros e Arquitetos	31
Figura 14: Perspectiva Centro Educacional	32
Figura 15: Centro Educacional.....	33
Figura 16: Implantação Centro Educacional	33
Figura 17: Planta Baixa	34
Figura 18: Corte.....	34
Figura 19: Perspectiva Leoben Justice Center.....	36
Figura 20: Imagem interna Leoben Justice Center.....	36
Figura 21: Interior Leoben Justice Center	37
Figura 22:Localização da cidade de Cascavel no Brasil e Paraná.....	39
Figura 23: Localização do terreno e análise climática	39
Figura 24: Mapa de Acessos.....	40
Figura 25: Zoneamento.....	40
Figura 26: Desnível do terreno	41
Figura 27: Legenda Setores	45
Figura 28: Fluxograma Geral	45
Figura 29: Fluxograma Administração.....	46
Figura 30: Fluxograma Bloco de Capacitação	46
Figura 31: Fluxograma Bloco de Oficinas	47
Figura 32: Fluxograma Habitações.....	47
Figura 33: Plano de Massa.....	48

LISTAS DE TABELAS

Tabela 01: Programa de Necessidades Administração.....	42
Tabela 02: Programa de Necessidades Bloco de Capacitação	42
Tabela 03: Programa de Necessidades Bloco de Estudos	43
Tabela 04: Programa de Necessidades Habitações.....	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1.1 TÍTULO.....	9
1.2 ASSUNTO/TEMA	9
1.3 JUSTIFICATIVA	9
1.4 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	10
1.5 FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE	10
1.6 OBJETIVOS DA PESQUISA	10
1.6.1 Objetivo Geral	10
1.6.2 Objetivos Específicos	10
1.7 METODOLOGIA.....	10
1.8 MARCO TEÓRICO	11
2. FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DIRECIONADOS AO TEMA DA PESQUISA.....	12
2.1 HISTÓRIA DAS PENITENCIÁRIAS	12
2.1.1 Sistema Panóptico	13
2.1.2 Sistema Pensilvânico	15
2.1.3 Sistema Auburniano	16
2.1.4 Prisão Modular ou Pavilhonar	17
2.2 ARQUITETURA PRISIONAL	18
2.3 SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO	20
2.4 POPULAÇÃO CARCERÁRIA	22
2.5 FUNÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO PRISIONAL	24
2.6 ARQUITETURA COMO FORMA DE RESSOCIALIZAÇÃO	24
2.7 A IMPORTANCIA DO TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INDIVÍDUO.....	26
2.8 ARQUITETURA E A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO	27
2.8.1 Cores.....	27
2.8.2 Iluminação	28
2.9 SINTESE DO CAPÍTULO.....	28

3. CORRELATOS	29
3.1 SEGUNDO LUGAR NO CONCURSO NACIONAL PARA A SEDE DE AEA DE SOROCABA	29
3.1.1 Análise Formal	30
3.1.2 Análise Funcional e Construtiva.....	30
3.1.3 Análise do Correlato.....	31
3.2 CENTRO EDUCACIONAL DA ACADEMIA VIETTEL/VTN ARCHITECTS	32
3.2.1 Análise Formal	32
3.2.2 Análise Funcional e Construtiva.....	33
3.2.3 Análise do Correlato.....	35
3.3 LEOBEN JUSTICE CENTER	35
3.3.1 Análise Formal	36
3.3.2 Análise Funcional e Construtiva.....	37
3.3.4 Análise do Correlato.....	37
 4. DIRETRIZES PROJETUAIS E APLICAÇÃO AO TEMA DELIMITADO.....	37
4.1 MUNICÍPIO DE CASCAVEL PR.....	38
4.2 TERRENO DE IMPLANTAÇÃO E ANÁLISE DO ENTORNO	38
4.3 CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO.....	41
4.4 INTENÇÕES PROJETUAIS	41
4.5 PROGRAMA DE NECESSIDADES E SETORIZAÇÃO	42
4.6 FLUXOGRAMA E PLANO DE MASSA	42
 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
 REFERÊNCIAS	50
 ANEXOS	54
ANEXO A – CONSULTA PRÉVIA	54

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está vinculada ao Trabalho de Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz – FAG. Insere-se no Grupo de Pesquisa “Estudo e Discussões de Arquitetura e Urbanismo”. O trabalho engloba os aspectos relativos ao surgimento e a história das prisões, sua respectiva função social e a relação da arquitetura prisional com a ressocialização do aprisionado.

1.1 TÍTULO

Fundamentos Arquitetônicos: Penitenciária Inclusiva com ênfase na arquitetura

1.2 TEMA/ASSUNTO

Arquitetura de Interesse Social/Proposta Projetual de uma penitenciária inclusiva.

1.3 JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento desta pesquisa justifica-se pelas contribuições que a mesma poderá trazer para melhor compreensão da função social do arquiteto na concepção de espaços, dos sistemas construtivos utilizados em obras prisionais e a influência do ambiente no comportamento e ressocialização do indivíduo aprisionado. O projeto da penitenciária inclusiva surge como resposta à falha do sistema carcerário brasileiro, que se utiliza do regime semiaberto a fim de justificar propostas de ressocialização. Enquanto proposta inclusiva é fundamental a realidade carcerária aproximar-se das características da sociedade externa, o objetivo punitivo passa a dar lugar ao sistema progressivo de penas, baseado no desenvolvimento pessoal e comportamental do indivíduo. Onde as variadas possibilidades de atividades ofertadas nesse espaço possam ser transformadoras e essenciais na reinserção dos reeducando tanto na sociedade em geral, quando no mercado de trabalho.

A pesquisa tem o intuito de enriquecer o meio acadêmico, profissional e também social. Academicamente este trabalho tem como intuito contribuir para o interesse sobre a realidade das penitenciárias brasileiras atuais e como a arquitetura pode contribuir nesse fator de precariedade. Profissionalmente o projeto tem por finalidade a ampliação da visão do arquiteto em sua atuação no âmbito social. Socialmente tem como importância mostrar que a arquitetura é capaz de criar espaços planejados que contribuam na ressocialização do detento para sua reinserção na sociedade.

1.4 PROBLEMA

O problema motivador da pesquisa foi assim definido: É possível a ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro?

1.5 HIPÓTESE

Acredita-se que o aprendizado e consequente reabilitação de um presidiário são os passos certos para a criação de cidades onde a reincidência criminal deixe de ser protagonista no cenário urbano violento.

1.6 OBJETIVOS

Os objetivos a seguir nortearão a pesquisa, de modo a promover um projeto que visa à criação de penitenciária inclusiva, com espaços de lazer, que proporcionem a ressocialização e aproximação das pessoas, integrando a edificação com o meio urbano e as áreas naturais.

1.6.1 Objetivo Geral

Desenvolver uma penitenciária inclusiva para a cidade de Cascavel PR, que tenha como caráter a ressocialização do detento através da arquitetura.

1.6.2 Objetivos Específicos

Desenvolver pesquisa bibliográfica sobre o tema;

Buscar análise de correlatos que possam servir de referência para o projeto;

Criar espaços que possibilitem através da arquitetura expor o detento a sua evolução como ser humano;

Realizar uma proposta arquitetônica embasada nas pesquisas teóricas.

1.7 METODOLOGIA

Esta pesquisa terá como metodologia o levantamento bibliográfico sobre o tema a ser analisado. Como fonte de embasamento teórico, buscar por diversas bibliografias é extremamente importante para que se minimize o risco de ocorrer plágios ou duplicação de trabalhos (PÁDUA, 2002, p.52).

A elaboração de pesquisa bibliográfica ainda se trata de coleta de informações, seleção de dados e levantamentos de materiais já publicados que tenham conhecimentos associados ao tema abordado, por meio de pesquisas em fontes seguras, através de livros, jornais, revistas, teses, monografias, dissertações, meios de comunicação, internet, que auxiliam no desenvolvimento do trabalho. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas

informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 163).

Segundo Lakatos e Marconi (2007, p. 86), o método indutivo é um processo no qual, a partir de dados constatados, infere-se uma verdade universal na qual a conclusão é muito mais ampla do que as premissas em que se baseia.

1.8 MARCO TEÓRICO

A marginalização social é gerada por um processo discriminatório que o sistema penal impõe, pois o etiquetamento e estigmatização que a pessoa sofre ao ser condenado, tornam pouco provável sua ressocialização na sociedade (MIRABETE, 1997, p 88).

O modelo ressocializador propõe através da neutralização, por meio de uma melhora substancial ao seu regime de cumprimento e de execução e sugere uma intervenção positiva no apenado que, longe de estigmatizá-lo com uma marca indelével, o habilita para integrar e participar da sociedade, de forma digna e ativa (MOLINA, 1998, p.383).

“As prisões se transformação em escolas e oficinas. E os homens imunizados contra o crime, cidadãos de um novo mundo, contarão às crianças do futuro estórias absurdas de prisões, celas, altos muros, de um tempo superado” (Cora Carolina).

2. FUNDAMENTOS ARQUITETONICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DIRECIONADAS AO TEMA DA PESQUISA

Este capítulo reúne os Fundamentos Arquitetônicos e Revisão Bibliográfica direcionada ao tema da pesquisa, relacionando-os com os quatro pilares que norteiam o curso de Arquitetura e Urbanismo, sendo eles: histórias e teorias da arquitetura; metodologias de projetos da arquitetura e paisagismo; urbanismo e planejamento urbano e tecnologias da construção.

O propósito é explorar e analisar os assuntos que auxiliarão a pesquisa e servirão de fundamentação para as demais etapas do projeto. Buscou-se tomar assuntos que são de relevância ao projeto a partir de subcapítulos que vão gerar uma base para o entendimento do tema. Os itens a serem abordados são: História das penitenciárias; arquitetura prisional; sistema penitenciário brasileiro, população carcerária; função social do espaço prisional; a arquitetura como forma de ressocialização; a importância do trabalho para o desenvolvimento humano.

2.1 HISTÓRIA DAS PENITENCIÁRIAS

As organizações penais surgiram por imposição do ser humano, no qual percebeu a necessidade de um código coercitivo que garantisse a tranquilidade e a paz no seu convívio em sociedade (CANTO, 2000, S.P).

O complexo carcerário era um local que proibia a liberdade do homem, que dela havia extrapolado, dessa forma prevenia novos crimes. A prisão deveria mudar os costumes das pessoas encarceradas, com o exemplo que dentro era seguido no terror implantado, sem causar danos à sociedade e também aos detentos (OLIVEIRA, 2003, P. 49).

Na antiguidade, não conheciam a privação da liberdade ligada à sanção. O encarceramento retratava o aguardo do julgamento. Tal punição e disciplina utilizadas no escravismo, os de nascimento por dívida (CANTO, 2000, P.12).

A primeira instituição penal na antiguidade foi o Hospício de San Michel, na Antiga Roma. A penitenciária era descabida de qualquer castigo, não possuindo espaço para cumprimento de pena, por que as punições restringiam exclusivamente as penas corporais. Na Grécia costumava-se encarcerar os devedores até pagarem suas dívidas, a prisão servia para impedir a fuga e garantir a presença nos tribunais (LEAL, 2001, P.33).

No período medieval, a correção era física, podendo chegar à amputação dos membros, forca e guilhotina. Isso mudou após a Revolução Francesa, com seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, onde foi deixado para trás as ideias do feudo (CANTO, 2000, P. 13).

Menosprezando algumas experiências distante de prisões, foi à igreja que renovou ao castigar os monges ou delinquentes com o recolhimento em celas, onde através de oração e penitência, pretendia-se que se reconciliassem com Deus. Foi a partir da sociedade cristã que a penitenciária começou a ser compreendida como é atualmente. (COSTA 1999, p.14).

O modelo de penitenciária celular, surgiu no século V, e a princípio teve aplicações apenas em mosteiros, porém com alta oneração. O cárcere na cela, também conhecido como *in pace*, que deu origem a este modelo, cujo nome que há até pouco tempo atrás, era utilizado na legislação penal (OLIVEIRA, 2003, P. 49).

Começou a surgir na Europa, no século XVI, as prisões para classes baixas, designadas a abrigar mendigos, prostitutas, jovens infratores, onde se multiplicavam nas cidades, resultantes de problemas e de crise na vida feudal. Em decorrência desse acontecimento e de seu impacto nos índices de criminalidade, várias prisões foram construídas perante uma disciplina rígida (LEAL, 2001, P.33).

Nos primeiros presídios a sentença era a detenção perpétua e solitária em celas muradas. A partir do século XVII, a restrição de liberdade foi a alternativa da pena de morte, assim sendo, dando início as numerosas casas de detenções (CANTO, 2000, P.13).

2.1.1 Sistema Panóptico:

Baseado em uma torre central cercada por celas, onde o vigia sempre observava tudo o que estava acontecendo, porém o criminoso não conseguia vê-lo, tampouco era possível enxergar os companheiros das celas laterais, este sistema impedia também o diálogo entre os presos, perdurou entre os anos de 1748 e 1832 por Gertrúdio Bentham. (FALCONI, 1998, P.47).

Deste modo os prisioneiros, não conseguiam perceber nenhuma sombra ou um feixe de luz, assim previu Bentham, além de persianas nas janelas da sala central de vigia, mas também, separações que cortam em ângulo reto, para atravessar de um ambiente a outro não havia portas e sim biombo para não passar nenhum tipo de claridade.

O projeto de arquitetura inserido nesse sistema anulava o perigo de fuga, novos crimes, más influências, roubos, violências, etc. Desta forma o intuito era proteger os prisioneiros com baixo custo. Buscando uma reforma moral, de boa conduta e de educação (OLIVEIRA, 2003, P.53).

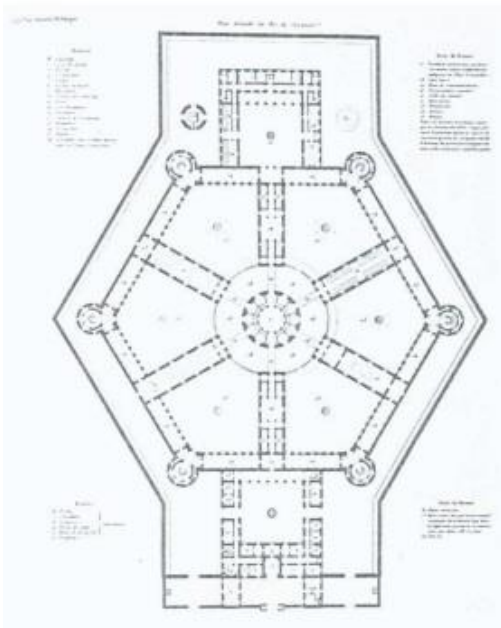
Figura 1 - Litografia da Penitenciária Petite Roquette



Fonte: MIGNOT, Claude. Op. Cit. p.216

Nesse sistema, o preso sempre tinha a ideia que poderia estar sendo vigiado a todo instante, fazendo com que, ele não tentasse infringir as regras, nem intentar fugas a alguma outra maneira de burlar o sistema.

Figura 2 - Planta da Penitenciária Petite Roquette



Fonte: Maison de jeunes détenus de la Petite Roquette, Paris, pl. 25).

2.1.2 Sistema Pensilvânico:

Este estilo prisional foi adotado na penitenciária da cidade de Filadélfia, nos Estados Unidos, no ano de 1790, por William Penn. A principal característica deste regime baseava na reclusão total do preso, assim sendo, o total cumprimento da pena isolada de todas as pessoas durante todo o período de sua condenação (FOUCAULT, 2007, P.199).

O apenado nesse regime permanecia em privação total de sua liberdade. Os reclusos ficavam totalmente isolados, onde era proibido qualquer tipo de comunicação com os demais detentos. As celas eram pequenas e individuais, não possuíam camas, banheiros, cobertores, toalhas. A refeição era servida uma vez ao dia, e o detento ficava na ociosidade (OLIVEIRA, 2003, P.55).

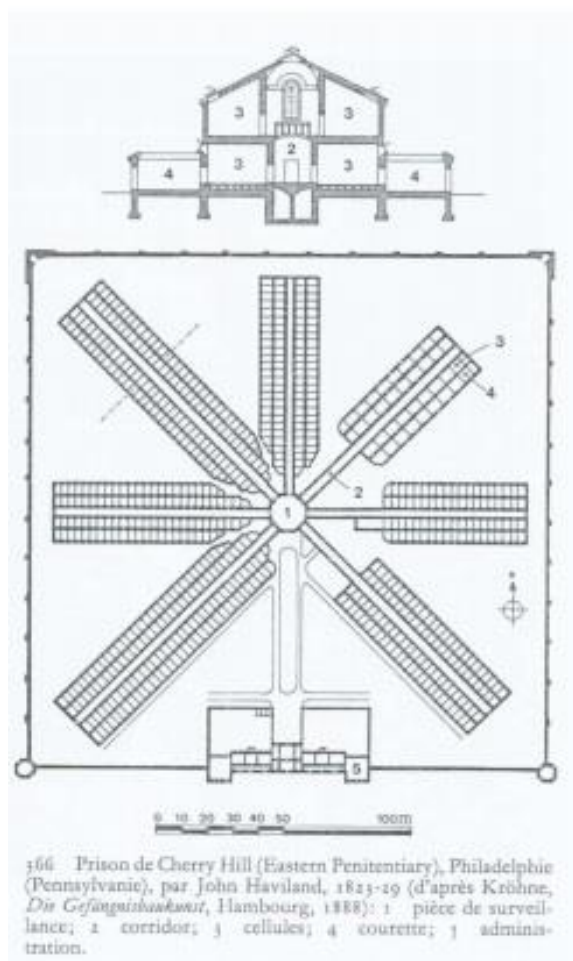
O sistema se pautava nos princípios do Quaker, que defende o pensamento que a religião era a base da educação, assim a reclusão dos detentos aliados ao estudo da bíblia, onde somente ela era permitida dentro das celas, poderia levar a uma reflexão e ao arrependimento de seus pecados (RUSCHE, 2004, P.179).

Figura 3 - Litografia da Penitenciária de Cherry Hill, Filadélfia.



Fonte: Litografia da Penitenciária de Cherry Hill, localizada na cidade de Filadélfia

Figura 4 - Planta da Penitenciária de Cherry Hill, Filadélfia.



Fonte: MIGNOT, Claude. L'architecture au XIXe siècle. França: Fribourg-Paris, Lê Moniteur, 1983. P.217.

2.1.3 Sistema Auburniano:

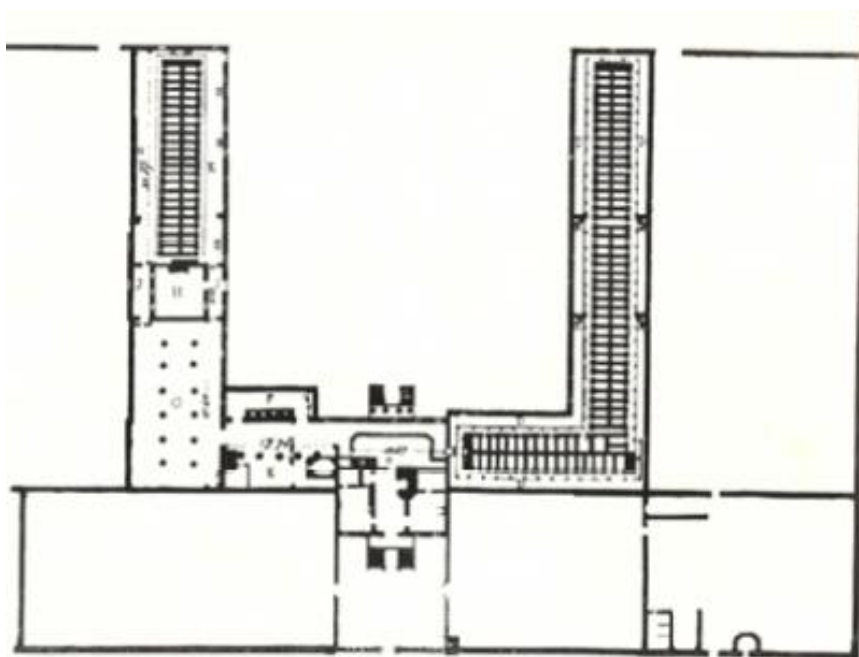
Devido ao alto índice de delitos havia o excesso de detentos nas prisões, o ambiente com que conviviam era sujo e hostil. Grandes partes dos criminosos não conseguiam cumprir suas penas devido à superlotação, por este motivo foi construída em Auburn uma nova penitenciária (FARIAS, 2001, P. 663).

O sistema Auburniano pregava o trabalho durante o dia e o isolamento total durante a noite. Esse trabalho era cumprido em completo silêncio, de tal forma que, o apenado apenas obedecia às ordens do diretor. O projeto arquitetônico Auburniano era composto por um edifício na frente destinado à administração e outro destinado à segurança e órgãos técnicos assistenciais. Compunham também blocos celulares

interligados por corredores. No espaço de um corredor e outro ficavam em gaiolas os guardas (FARIAS 2001, P. 664).

Pode-se perceber que era um modelo extremamente rígido mesmo que o trabalho e as refeições ocorressem em conjunto eram proibidos qualquer tipo de comunicação entre eles, só era permitido a comunicação em voz baixa com os guardas se o permitissem. Este sistema persuadia o condenado com a desculpa de que ele teria novamente a ressocialização uma vez que, era permitida a sociabilidade com os demais companheiros, mas não podiam dialogar. Mesmo em contato com outros presidiários não podia exprimir duas vontades, não colocando para os outros seus sentimentos (FOUCAULT, 1991 P.200).

Figura 5 - Desenho (planta térrea) da Penitenciária de Auburn de 1825, em Nova York, EUA



Fonte: (UNITED STATES BUREAU OF PRISONS, 1949, p. 30) apud ESTECA 2010.

2.1.4 Prisão Modular ou Pavilhonar:

Surgido nos Estados Unidos, no século XX, o padrão modular pode ser descrito por blocos separados fisicamente entre si, nos quais são abrigadas as diferentes atividades da penitenciária, desde administração, serviços, assistência à saúde do recluso, trabalho, a visitas e educação. Podem existir vários blocos carcerários, de modo que a população da prisional seja dividida, seguindo sua classificação de periculosidade dos crimes (ESTECA, 2010, S.P).

Figura 6 - Imagem aérea da prisão de Fresnes de 1898, na França.



Fonte: google, 20015.

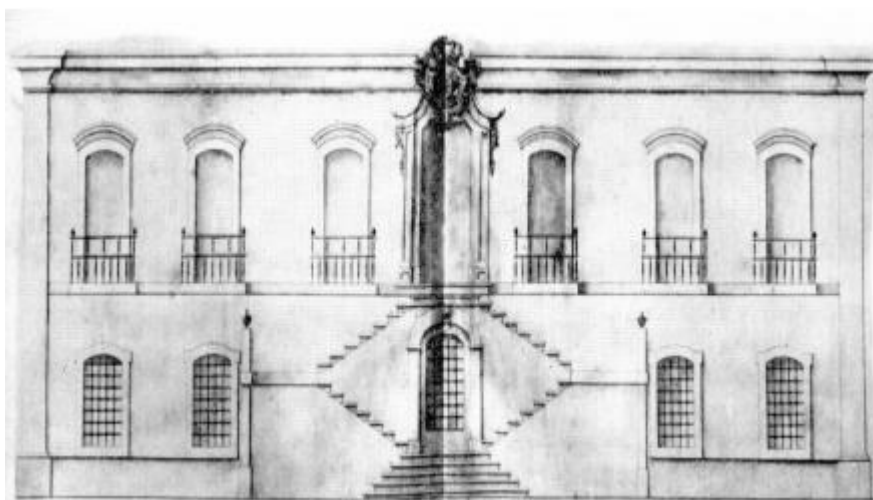
2.2 ARQUITETURA PRISIONAL

No campo prático penal, as primeiras manifestações caracterizadas como espaços destinados à reclusão, foram os mosteiros e conventos. Já em um contexto laico, destacaram-se as casas de correções inglesas de 1552, e Holandesas em 1596, destinadas a retirar os "vagabundos" das ruas, aglomerando-os de forma irracional no cárcere. As primeiras casas de correções continuaram em uso até o século XIX, sugerindo que elas respondiam à necessidade social da época. "Portanto, a arquitetura penitenciária é resultado de um processo anterior à reforma jurídico penal, secular e não planejado, cujo conhecimento e prática foram institucionalizados, sistematizados e aprimorados na ocasião da reforma" (ESTECA, 2010, P. 17).

A história da arquitetura prisional no Brasil tem início no Período Colonial, onde apresentava uma forma primitiva de ocupação e segundo Viana (2009, p.149) assemelhava-se com as cidades europeias medievo-renascentistas e consequentemente a arquitetura também seguia esse padrão, com lotes estreitos e construções coladas às divisas do terreno, enquanto o centro cívico era composto por pequenas praças que abrigavam a Igreja, a Casa de Câmara e Cadeia e muitas vezes o pelourinho.

A Casa de Câmara e Cadeia constituía numa edificação administrativa, judiciária e também funções penitenciárias, podendo ser edifícios imponentes ou modestos edifícios de taipa com escadas externas de madeira. Esta foi por três séculos a representação do poder real sobre a Colônia (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2011, p. 108).

Figura 7 - Casa de Câmara e Cadeia de Mariana.



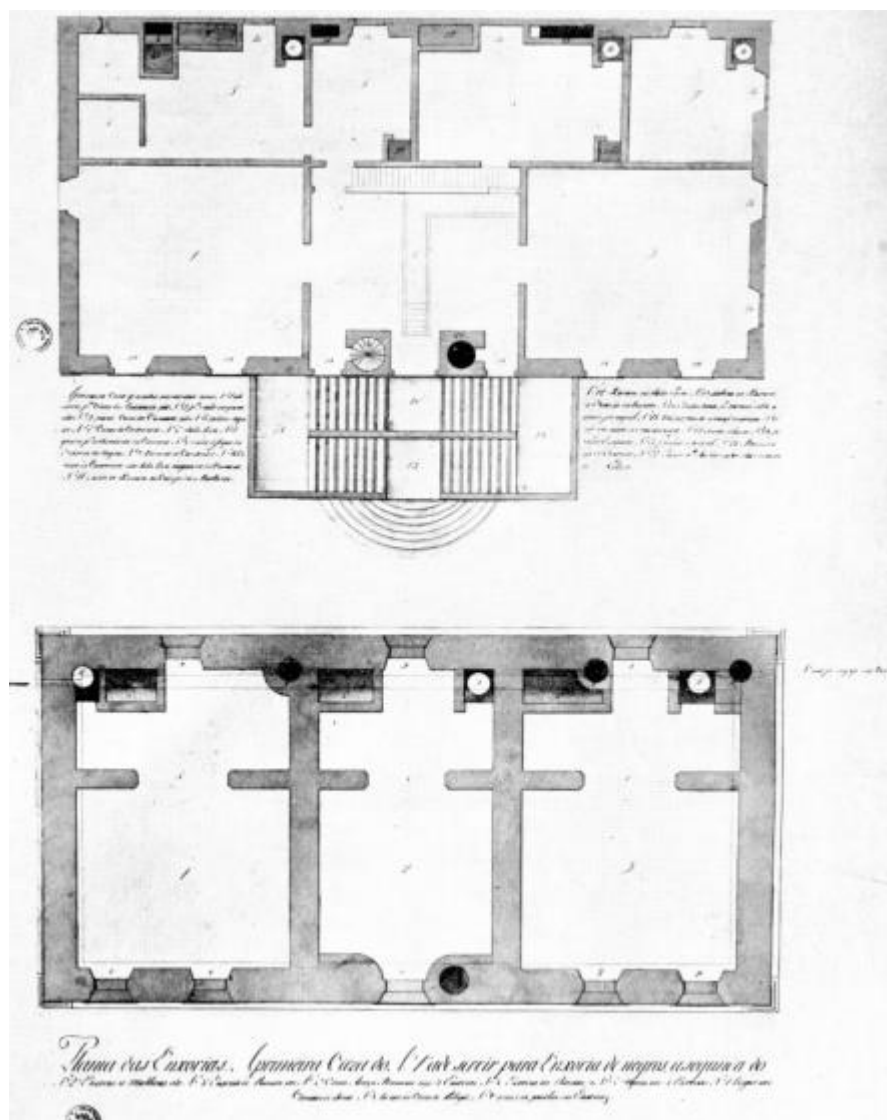
Fonte: Retirado de: BARRETO, Paulo Thedim. Op. Cit..

Na construção das Casas de Câmara e Cadeia relatam-se cuidados especiais na construção do primeiro pavimento, pois nele se encontrava a cadeia e no segundo a câmara e a fim de evitar fugas dos aprisionados às paredes eram feitas de taipa de pilão, a estrutura da cobertura confeccionada em madeira com telhas cerâmicas e as escadas de acesso eram sempre externas, em alvenaria de pedra (MONTEZUMA, 2002, S.P).

Em muitas dessas edificações não havia qualquer separação entre os presos, que se abrigavam em um grande espaço livre com pequenas janelas altas e gradeadas, sendo que algumas unidades eram exclusivas para homens, mulheres ou escravos, contudo, o juiz responsável tinha as funções de juiz, delegado e administrador, pois, formulava as leis, julgava e executava as penas (VIANA, 2009, P. 151).

A parte interna das penitenciárias possuíam compartimentos como salas e celas onde permaneciam os detentos. Para adentrar no interior deveria passar por escadas de mão moveis (ROMEIRO, 2003, S.P.).

Figura 8- Plantas do pavimento térreo e do sobrado da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Mariana.



Fonte: Códice Matoso, da Coleção Félix Pacheco. Biblioteca Municipal de São Paulo.

2.3 SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

O atual sistema penitenciário traz em si vários problemas, pois, os condenados vivem de forma amontada em péssimas condições humanas, infringindo os mínimos princípios da dignidade, estando sujeitos há diversos tipos de doenças. Neste ambiente hostil prevalece a lei do mais forte.

“O sentimento de injustiça que um detento experimenta é um dos problemas que mais pode tornar seu caráter indomável. Quando se vê assim exposto ao sofrimento que a lei não ordenou nem mesmo previu, ele entra em estado de cólera contra tudo que o cerca;

só vê verdugos em todas as autoridades ao seu redor: não pensa mais ter sido culpado, acusa a própria justiça” (FOUCAULT, 2007, P. 252).

São inúmeros os problemas que demonstram o fracasso do atual sistema penitenciário brasileiro, principalmente a má gestão e a falta de comprometimento dos responsáveis pelo poder público. Essa situação crítica na qual os detentos são expostos, sem que ocorra qualquer tipo de ressocialização, incentivando a criminalidade, leva ao descaso com os direitos humanos (FOUCAULT, 2007, P. 222).

Não é possível desejar a recuperação de um indivíduo que tem seus direitos mínimos infringidos, os autores de delitos de menor potencial ofensivo são expostos ao convívio dos demais detentos causadores de crimes superiores, o resultado único que pode ser esperado é que, ao sair da prisão certamente saíra pós-graduado em práticas de delitos de maior potencial ofensivo. O indivíduo apenas é retirado do convívio social sem preocupar-se com as consequências advindas, podendo estas ser psicológicas onde levam apenas ao desejo vingativo contra o sistema que é nitidamente falho (MASSON, 2016, S.P).

“O problema das prisões não será resolvido "nas prisões", mas sim fora delas, na sociedade que as cria, as produz, as alimenta e as reproduz. Sem um profundo convencimento disto, correr-se-ia o risco de cair, novamente, em opções reformistas que terminam por legitimar a instituição carcerária e contribuindo para sua perpetuação” (BEIRAS, 2000, P. 5).

O modelo prisional é uma pequena peça de um conjunto de mecanismos para o controle social, que uma sociedade se mobiliza para punir quem transgredir a lei. O conceito ideológico do sistema prisional na maioria das vezes é utilizado como instrumento de exclusão, definindo condutas que objetivam conter classes supostamente inferiores, seja por economicamente, culturalmente os desprovidos das políticas públicas e injustiçados pelo sistema econômico e social. Resolvendo o problema da insegurança pública encarcerando pessoas (WACQUANT, 2001, S.P).

A superlotação é o principal desafio para o poder público combater no sistema penitenciário brasileiro, seguido da ineficiência na reabilitação, fugas, rebeliões entre outros, resultando na impossibilidade o retorno do indivíduo ressocializado ao convívio em sociedade. Apesar de a pena ser aplicada e cumprida, as condições com que impõem ao detento que necessitam mudanças, pois infringem o princípio da dignidade humana. Senda essa uma das reivindicações mais frequentes pelos apenados.

A junção desses fatores negativos citados acima, com a união da falta de segurança do sistema prisional e da falta do que fazer dos apenados leva-se a outra grande falha que é as fugas e as rebeliões dos presos. Apesar das rebeliões serem de certa forma violenta elas também são uma forma de protesto e reivindicação de melhorias do sistema carcerário, pois é a única maneira de chamar os holofotes dos gestores públicos verificarem a má condição que esses indivíduos estão sendo submetidos nos estabelecimentos prisionais brasileiros. Aliado com a prática de corrupção efetuada pelos agentes prisionais, policiais e da administração pública em nosso país (ASSIS, 2007, P.76-77).

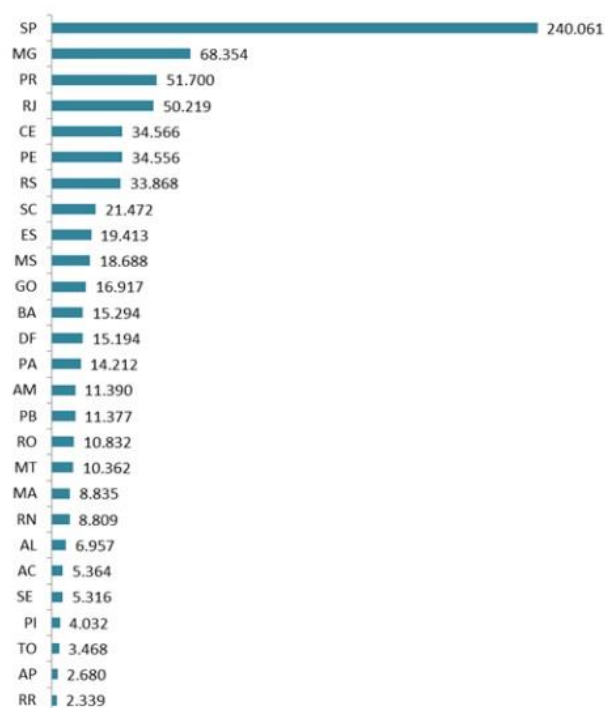
O atestado de incapacidade que a restrição de liberdade não é eficaz como remédio para a reabilitação e inserção do indivíduo na sociedade está no alto índice de reincidência dos criminosos advindos do sistema prisional. Mesmo não havendo um cálculo exato indicam que 90% dos ex-detentos retornam a transgredir a lei penal brasileira e acabam retornando as penitenciárias (ASSIS, 2007, P 76-77).

Neste cenário as unidades prisionais se tornaram simplesmente uma instituição retrograda, sendo incapaz de cumprir nenhum de seus deveres impostos pelo poder público. Vários fatores contribuem para o caos que se tornaram as prisões em nosso país, dentre eles estão à falta de investimento e o descaso dos três poderes, legislativo executivo, judiciário. Desta forma a prisão se tornou apenas um local para o aperfeiçoamento do crime, tendo como principal objetivo a cura paliativa em curto prazo do problema, sendo assim impossível a ressocialização de qualquer indivíduo em uma sociedade.

2.4 POPULAÇÃO CARCERÁRIA

O conselho nacional de justiça estima que a população carcerária no Brasil seja de 812 mil presos. Aproximadamente 337.126 (41,5%) não tem condenação fixada, este numero é pouco maior que a população da cidade de Cascavel – PR 328 454 habitantes. E ainda há em todo país 366,5 mil mandados de prisão em aberto (BARBIÉRI, 2019).

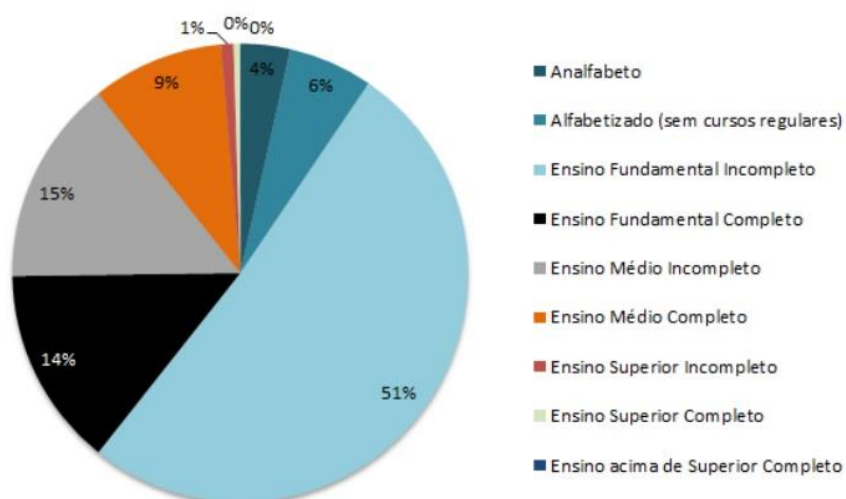
Figura 9 -População prisional no Brasil por Unidade da Federação



Fonte: Ministério da Justiça. A partir de 2005, dados do Infopen.

A quantidade de indivíduos privados de sua liberdade é variável entre os entes da Federação, conforme o gráfico dois. São Paulo com 240.061, ou seja, 33,1% da população carcerária do Brasil lidera o ranking e o menor estado é o de Roraima com aproximadamente 2.339 presos. (INFOPEN, 2017).

Figura 10: Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

Aproximadamente 70 % da população carcerária no Brasil demonstra um baixo grau de escolaridade, conforme demonstrado no gráfico 24% da população carcerária não concluiu o ensino médio, e outros 75% nem sequer chegaram a essa etapa, concluindo no máximo o ensino fundamental (INFOPEN, 2017).

2.5 FUNÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO PRISIONAL

Para Goffman (2005, p. 17), o presídio é uma forma de instituição organizada para a defesa da comunidade, um local que pode ser definido como residência e trabalho duro para um elevado número de indivíduos que estão em situações parecidas, afastados da comunidade por um período, vivendo uma vida fechada e teoricamente administrada.

Diante disso, entende-se que o espaço não se constitui apenas de forma, mas também de função para determinada finalidade, assim sendo forma e função, fazem parte da relação do sujeito com o seu meio. Fazer com que a relação entre o ambiente e o sujeito que vive seja sustentável é fundamental para o conhecimento e a manutenção do objetivo social do espaço (SUN, 2008, P. 192).

“Portanto, é a instituição como realidade humana, mas também como um espaço físico, já que comporta uma dimensão física. Através da interação contínua que o sujeito mantém com o espaço físico, podendo se supor que este atua sobre seu psiquismo, por meio de uma influência cujos efeitos são cumulativos, gradativos, no dia a dia dessa interação” (SÁ, 2007, P. 122).

Para Sun (2008, p. 194) a prisão, além de ter toda a sua finalidade de codificar, corrigir, alterar, punir, ainda carrega consigo a função de que a arquitetura possui influência.

Para Esteca (2010, p. 107) ressalta que a função social da prisão foi reconfigurada para o afastamento social dos prisioneiros e a aplicação da pena privativa de liberdade distanciou-se dos objetivos reformistas de humanização e recuperação.

2.6 ARQUITETURA COMO FORMA DE RESSOCIALIZAÇÃO

A arquitetura desenvolve um papel fundamental na vivência de seus usuários, uma vez que ela cria cenários para as relações afetivas, fato que é ampliado quando se tem caráter voltado para edificações com ênfase social e de reintegração, como é o enfoque de unidades penitenciárias. Estes edifícios, com foco penal, atendem às exigências e aos critérios de reeducação dos usuários, enquanto nos presídios, os indivíduos são reclusos antes de serem julgados. Logo, a penitenciária tem um caráter

rígido relacionado à vivência dos detentos, que deve organizar a unidade em setores, e classificá-los de acordo com cada tipologia criminal dos usuários.

Dentro desta perspectiva, a Lei de Execução Penal, em seu art.5º, prevê a classificação e a separação dos detentos conforme seus antecedentes criminais e a personalidade de cada recluso. Logo, ela pressupõe naturalmente que a população carcerária não é homogênea, e que apresenta distinções de comportamento característicos da sociedade de que provêm. Essa distinção é fundamental para que se estabeleçam programas coerentes para cada tipologia criminal, relacionadas ao tempo de reclusão. Isso, para que a penitenciária não viralize como escola do crime, por tratar da mesma forma crimes de distinções e graus de complexidade completamente diferentes (SILVA, 2008, S.P).

Silva (2008, S.P) ainda afirma que a arquitetura deve ser necessariamente mais simples, mais humana e economicamente mais eficiente em termos de matarias. A arquitetura, por si só, deve promover ambientes mais humanos, locais que não contribuam, em hipótese alguma, para a propagação da violência e da brutalidade. O ambiente deve desprezar os paradigmas e preconceitos atuais referentes aos espaços de cárcere representados por insalubridade, escuridão e reclusão, e traduzir as diferentes penas em soluções ambientais humanas e que promovam a afeição.

Foucault (1999, P. 200) explicita que o espaço ideal para cumprimento de pena, seria uma não penitenciária, mas não há, no mundo, outro método ou outro local apropriado para a reclusão. Dentro desta abordagem, a temática projetual deve expor ao detento a temporalidade e o caminho de reclusão a ser percorrido, através de espaços salubres, abertos, e que trabalhem espacialmente cheios e vazios, luz e sombra, quebrando paradigmas atuais de espaços de cárcere.

Ao serem analisados os aspectos arquitetônicos das prisões, estas são caracterizadas como instituições disciplinares, à base da vigilância, violência e punição. Dessa forma, dificilmente conseguirão compensar as carências do encarcerado em face do homem livre, oferecendo-lhe oportunidade para que tenha acesso à cultura e ao desenvolvimento de sua personalidade.

Nas penitenciárias é de grande importância que o educador saiba lidar com riscos e conflitos. Cabe a ele indagar para saber de qual modo a educação pode ajudar a modificar a penitenciária e o detento, para facilitar no processo de ressocialização e de

formação do indivíduo tendo a oportunidade de ter uma vida melhor (GODOTTI, 1993, S.P).

“Somente quando o detento sente a presença de alguém que lhe oferece uma amizade sincera, destas que não exigem compensações ou retorno, é que se inicia o processo de desalojamento das coisas más armazenadas em seu interior e a verdade começa a assumir o seu lugar, restaurando, a autoconfiança, revitalizando os seus próprios valores. Isso se chama libertação interior” (OTTOBONI, 1984, p. 93).

2.7 A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INDIVÍDUO

O ordenamento jurídico brasileiro impõe a obrigatoriedade do trabalho para o preso e que a oferta da educação, um dever do Estado e direito do cidadão, seja “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, conforme art. 205 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

A Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB), por sua vez, recomenda, em seu artigo 3º, inciso III, que a educação em prisões:

“Estará associada às ações complementares de cultura, esporte, inclusão digital, educação profissional, fomento à leitura e a programas de implantação, recuperação e manutenção de bibliotecas destinadas ao atendimento à população privada de liberdade, inclusive as ações de valorização dos profissionais que trabalham nesses espaços” (CNE, 2010).

O artigo 10, dessa mesma resolução, determina que:

“As atividades laborais e artísticas culturais deverão ser reconhecidas e valorizadas como elementos formativos integrados à oferta de educação, podendo ser contempladas no projeto político-pedagógico como atividades curriculares, desde que devidamente fundamentadas” (CNE, 2010).

Desde os primórdios o cárcere caminhou lado a lado com a relação entre pena e trabalho realizado pelos detentos, desta forma nos dias de hoje não é possível discernir se o sistema prisional brasileiro busca somente punir aqueles que praticam o ato infracional perante a sociedade. Apesar de que atualmente o trabalho do apenado é diferente daqueles que se praticavam antigamente, no qual apenas se explorava a força física como sofrimento. Atualmente o castigo maior é através das pressões psicológicas para o retorno ao convívio em sociedade “normal” (OLIVEIRA, 2007, S.P).

O trabalho e as outras atividades laborais aplicados dentro das prisões, não tem somente o intuito de sacrificar os apenados, mas também de estimular e os preparar para galgar sua reabilitação perante a sociedade, obtendo assim uma profissão digna de seus esforços, buscando o equilíbrio dentro de si, e adquirindo uma profissão remunerada pela atividade em que o mesmo se especializa. (OLIVEIRA, 2007, S.P).

“O trabalho prisional deve atender ao princípio do interesse social, acima dos resultados econômicos. Isto porque, a maior contribuição da atividade laboral sistemática reflete no comportamento do detento, seja porque provoca redução dos níveis de estresse da população carcerária, melhorando o ambiente do presídio, seja porque evita a ociosidade e, sobretudo, por se constituir em promissora perspectiva de absorção pelo mercado de trabalho, quando do retorno desse segmento, ao convívio familiar e social” (SOUZA, 2002, p. 2).

2.8 ARQUITETURA E A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO

De acordo com Colin, (2000) a arquitetura, assim como outros meios de comunicação estética, pode transmitir varias emoções que fazem parte de nosso cotidiano: ansiedade com mudanças estruturais, certeza de um futuro incerto, desejo de ganancia e poder, e as mais variadas fantasias. Este aglomerado de sentimentos traduzem o conteúdo psicológico da arquitetura, uma vez que a psicologia é a ciência que busca o entendimento das funções mentais e motivações comportamentais individual ou de grupos.

Pallasmaa (2011, pg. 11) descreve que, a arquitetura como agente ativador deve provocar simultaneamente nas pessoas todos os sentidos, para que enquanto indivíduos, tenham conhecimento de nossa experiência no mundo. A arquitetura sistematiza a sensação de realidade, de existência e de identidade própria, junto à experiência de se fazer parte do mundo. Através dela podemos habitar mundos artificiais e de fantasias.

As percepções do espaço não consistem apenas no que podemos ver, mas também no que ouvimos, sentimos, e até mesmo no que cheiramos. Desta maneira a arquitetura é capaz de mostrar o invisível, aquilo que não se pode ver, mas sentir, despertando sentimentos que ainda não tenham sido descobertos. (HERTZBERGER, 1999, pg. 230).

2.8.1 CORES

A manifestação sensorial na arquitetura é a utilização das cores. Uma manifestação psicológica age no processo de criação do espaço, tornando responsável pela variação de humor dos indivíduos que executam alguma tarefa em determinado ambiente. De acordo com Gurgel (2005, pg.61) as cores atuam em nosso subconsciente,

trazendo de nossa memória determinadas sensações que influenciam o nosso estado de espírito.

Determinada cor corretamente usada, pode transmitir o caráter de um edifício, podendo ser claro e alegre, indicando festividade, um outro pode ter um ar austero, e eficiente, sugerindo trabalho e concentração (RASMUSSEN, 2002, pg. 226).

A arquitetura, ao utilizar-se das cores como ferramentas de projeto, busca influenciar os fenômenos que acontecem no uso do espaço pelos usuários, afinal pessoas de diferentes culturas respondem de maneiras diversas, física e psicologicamente, às cores, formas e texturas empregadas. (GURGEL, 2005, pg. 60-61).

2.8.2 ILUMINAÇÃO

Para que a matéria do espaço se torne visível a luz é necessária. Segundo Rasmussen (2002, pg. 193), a iluminação nos fornece inúmeras sensações, é de extrema importância para que possamos sentir a arquitetura.

A luz cria relações entre as dimensões reais e as perceptivas, criando a forma espacial figurativa e a transposição do ambiente interno e externo (COLIN, 2000. p.60). na mesma linha de raciocínio, Bruand (2010, pg. 12) cita Le Corbusier e seu método de projeto, onde fazia a abertura dos edifícios para o exterior, proporcionando a entrada de iluminação natural e o contato com a natureza.

Na parte interior de um edifício, se bem aplicada, a luz natural pode melhorar a obtenção de qualidade e quantidade, alterando os índices térmicos, através dos vãos envidraçados e diminuir relativamente o consumo energético do edifício, chegando a extinguir a iluminação artificial durante o dia, evitando problemas como ofuscamento e contraste. Dispõe ainda de diferentes efeitos estimulantes e variações de cores ao longo do dia, proporcionando múltiplas percepções dos espaços. A luz como agente natural pode proporcionar o bem-estar dos indivíduos, além de aumentar a qualidade de vida para os mesmos (COSTA, 2013, pg. 63).

2.9 SÍNTESE DO CAPÍTULO

O presente capítulo abordou questões sobre o sistema prisional, bem como as contribuições de Bentham para a humanização das penas e formação dos principais sistemas penitenciários, assim como a realidade atual do sistema prisional brasileiro e a condição na qual os indivíduos estão expostos, posteriormente sobre a função social da prisão e como o trabalho pode influenciar no desenvolvimento do indivíduo

aprisionado. No próximo capítulo serão abordadas obras correlatas e diretrizes para a realização da proposta projetual.

3. CORRELATOS

Este capítulo contém análises de obras arquitetônicas, tanto obras correlatas vinculadas ao tema, servindo de alicerce, dispondo de informações para auxiliar na produção e desenvolvimento projetual da penitenciária inclusiva, em âmbito formal, funcional e construtivo, quanto em obras de referências, que mesmo não tendo afinidade ao tema servem de inspiração seja pelo uso dos materiais e demais soluções que contribuem para o edifício. São analisados nos aspectos formais, onde esclarecem as estratégias de composição do projeto. Logo após, é analisada a funcionalidade, que busca compreender as estratégias de elaboração dos ambientes do edifício. Na sequência o sistema construtivo visa esclarecer a tecnologia que foi utilizada na obra correlata.

3.1 SEGUNDO LUGAR NO CONCURSO NACIONAL PARA A SEDE DE AEA SOROCABA

Os escritórios Bruno Cabral Arquitetura, RGB Estudio e Jakelyne Martins Arquitetura foram premiados com o segundo lugar no concurso nacional para a nova sede da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Sorocaba (AEAS). Buscaram traduzir, em espaço físico-funcional, as necessidades e absorções da associação dos engenheiros e arquitetos de Sorocaba.

Figura 11 – Perspectiva Externa Associação de Engenheiros e Arquitetos de Sorocaba



Fonte Archdaily 2019

3.1.1 ANÁLISE FORMAL

De acordo com Souza (2006, p. 17), raramente as construções poderiam ser executadas sem o conhecimento geométrico, é preciso reconhecer que a arquitetura seja consequência da manipulação destas formas, realizada através de volumes, cheios e vazios, em um jogo de luz e sombra, tendo grande cuidado com a estética e inserido em um determinado local no meio ambiente.

O edifício é cercado por um invólucro metálico que, além de ser um elemento de proteção solar indispensável pela orientação, é um elemento plástico e material (BARATTO, 2019).

Figura 12 – Associação de Engenheiros e Arquitetos de Sorocaba



Fonte Archdaily 2019

3.1.2 ANÁLISE FUNCIONAL

Colin (2000, p. 27) cita que, primeira sempre deve estar a função, tendo que ser prática, pois, antes de se projetar um edifício é preciso que a sociedade tenha necessidade do mesmo, gerando desta forma uma função que ele deve cumprir, pois o seu uso tem grande definição na forma.

A implantação deveria prever futuras edificações verticais de múltiplo uso aproveitando o potencial construtivo do terreno, foi criada de forma a ser organizada em torno de uma praça mais centralizada, que poderá abrigar eventos e reuniões. O leste dispõe-se uma barra que acomodará todo o programa da AEAS, com acesso principal pela própria praça. As futuras torres têm espaço reservado a oeste, orbitando à praça e finalizando o conjunto (BARATTO, 2019).

Figura 13 – Implantação Associação de Engenheiros e Arquitetos de Sorocaba



Fonte Archdaily 2019

O edifício é composto por uma barra horizontal de dois pavimentos, encaixa-se no terreno aproveitando o desnível natural com a criação de um subterrâneo onde se encontram café, serviços, depósitos, estacionamentos e sala de treinamentos conectada ao foyer e auditório (com possibilidade de implantação posterior) embaixo da praça. No pavimento térreo, além do acesso principal, estão dispostas as salas das instituições parceiras (CAU e CREA), o coworking, loja AEAS e café, ambientes de uso mais externo. No 1º pavimento estão distribuídos os ambientes da AEAS (BARATTO,2019).

3.1.3 ANÁLISE DO CORRELATO

Como referência projetual em relação formal, o edifício contornado por uma envoltória metálica que funciona não só como elemento de proteção solar necessário pela orientação, mas também como elemento plástico e material, utiliza formas puras e volumes horizontais, trazendo movimento e dinamismo pela conexão dos volumes, pela disposição dos blocos no terreno e a composição por uma fachada contínua e paralela a rua. Através do sistema estrutural aparente, ainda pela inserção de espaços vazios e não construídos na implantação, garantindo continuidade espacial e conexão de exterior e interior, ou seja, público e privado.

3.2 CENTRO EDUCACIONAL DA ACADEMIA VIETTEL/VTN ARCHITECTS

O Centro Educacional da Academia Viettel está situado no Campus do Centro de Treinamento no Parque Hoa Lac Hi-Tech, que fica a trinta quilômetros de distância de Hanói. Envolvido por paisagens, lagos e espaços verdes. O projeto é composto por 2.651 m² e tem por finalidade de criar um espaço tranquilo e pacífico para os indivíduos se concentrarem em seus estudos.

Figura 14- Perspectiva Centro Educacional



Fonte: Archdaily 2019.

3.2.1 Análise Formal

Foram utilizados nesta obra tijolos vermelhos por todo o projeto criando uma impressionante fachada, com presença forte e rústica. Constituem o plano de fundo de atividades que ocorrem nos blocos, gerando uma memória vivida para os integrantes durante seu treinamento. A combinação da fachada vermelha com o espaço verde cria uma atmosfera de harmonia com a natureza.

Figura 15 – Centro Educacional

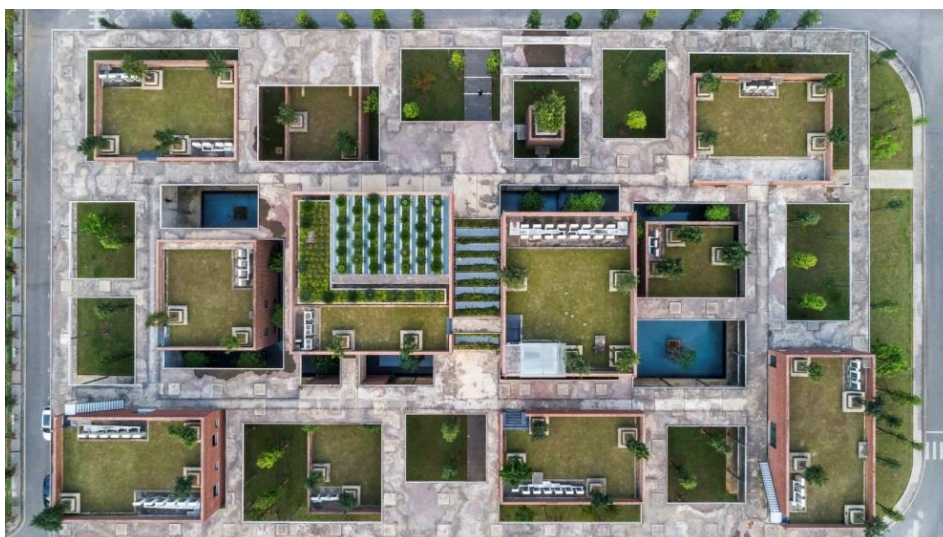


: Archdaily, (2019).

3.2.2 Análise Funcional e Construtiva

O Centro consiste em 12 blocos, contendo salas de aula, salas de reunião, halls e escritórios. Os blocos principais possuem quatro a cinco andares, enquanto o restante tem apenas dois a três andares. Estes blocos estão rodeados por um espelho d'água, que não só cria belos reflexos dos edifícios e da paisagem circundante, como também ajuda a regular o seu microclima (VTN ARCHITECTS, 2019).

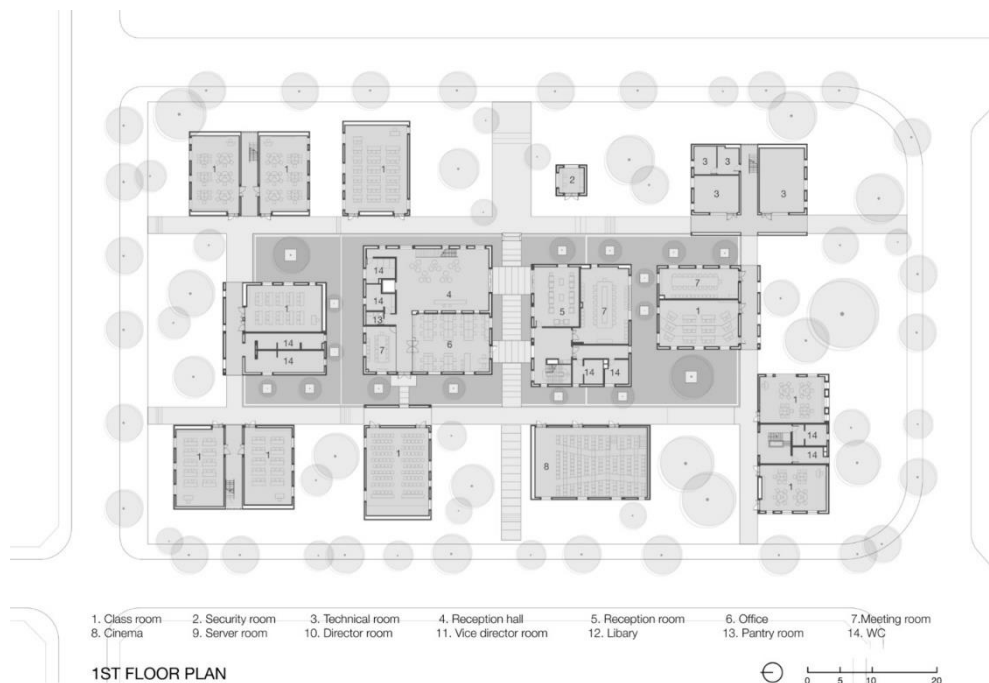
Figura 16 – Implantação Centro Educacional



Fonte: Archdaily, (2019)

Os blocos são conectados por caminhos em vários níveis, como corredores, rampas e escadarias. Oferecendo inúmeras vistas interessantes, bem como várias áreas silenciosas para estudar (VTN ARCHITECTS, 2019).

Figura 17 – Planta Baixa



Fonte: Archdaily 2019

Figura 18 - Corte



Fonte: Archdaily 2019

Devido ao clima tropical úmido em Hanói, uma cobertura de concreto foi concebida para cobrir a maioria dos espaços semiexteriores, que também funcionam

como circulação para pedestres. Além disso, o telhado ajuda a diminuir a radiação direta da luz solar (VTN ARCHITECTS, 2019).

3.2.3 Análise do Correlato

As características do Centro Educacional da Academia Viettel / VTN Architects serviram de referência visando sua implantação através do aproveitamento espacial, funcionalidade e flexibilidade dos ambientes. Os blocos são conectados por caminhos em vários níveis, como corredores, rampas e escadarias. Oferecendo muitas vistas interessantes. Possui blocos rodeados por um espelho d'água, que cria belos reflexos dos edifícios e da paisagem circundante. Oferece aconchego e tranquilidade aos usuários através da ventilação natural e a integração de vegetação a edificação.

3.3. LEOBEN JUSTICE CENTER

Josef Hohensinn projetou a prisão em 2004 e, desde então, questionou sobre o tratamento dos presos e a prisão do futuro. Em toda a instalação existe uma filosofia de dignidade e respeito humanos, e o slogan da prisão ecoa o sentimento do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, um documento ratificado por quase todos os países do mundo (ATLAS OBSCURA).

Mesmo que poucos não concordem em proteger os direitos dos cidadãos globais, alguns sugeriram que o Justizzentrum leve prisioneiros da dignidade para acomodações de luxo. Juntamente com a luz natural abundante, um pátio e varandas com grades, o prisioneiro comum também tem espaço para viver com sua própria cozinha. A descrição das características das celas costuma parecer mais um anúncio de um quarto aconchegante, e sua quase opulência pelos padrões penitenciários atraiu ressentimento de uma comunidade mundial incrédula. Porém, nessa penitenciária só são aceitos aqueles que cometeram crimes de menor proporção a sociedade (ATLAS OBSCURA).

Figura 19 – Perspectiva Leoben Justice Center

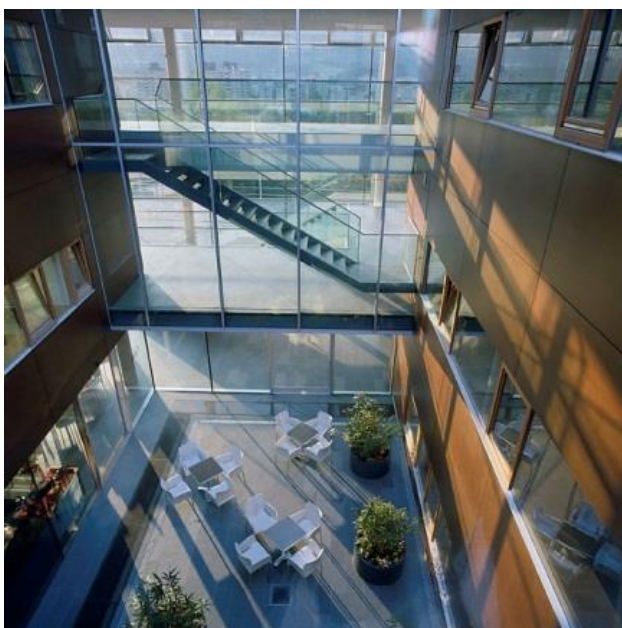


Fonte: Atlas Obscura

3.3.1 Análise Formal

As impressões que surgem no trajeto até o prédio são de um pequeno gramado verde que envolve o elegante edifício de concreto e vidro, dando à estrutura uma sensação convidativa, diferentemente das divisões severas vistas em uma prisão tradicional. Parece mais uma obra modernista ou prédio de escritórios do que um complexo com 205 presos (ATLAS OBSCURA).

Figura 20 – Imagem interna Leoben Justice Center



Fonte: Atlas Obscura

3.3.2 Análise Funcional e Construtiva

Os quartos ali são individuais com banheiro e cozinha. Muitos espaços não possuem barras de segurança. Os detentos possuem uma área de lazer com quadra de basquete e futebol, sala de musculação e mesas de tênis de mesa ao ar livre. A preservação da humanidade dos presos é observada pela diretoria. É possível ler no Leoben Justice Center: “Todas as pessoas privadas de sua liberdade devem ser tratadas com humanidade e respeito pela inerente dignidade do ser humano.” (ATLAS OBSCURA).

Figura 21 – Interior Leoben Justice Center



Fonte: Atlas Obscura

3.3.3 Análise do Correlato

Em relação formal pelos planos livres e aproveitamento de luz natural abundante. Pela semelhança projetual, contendo pátios e varandas, espaços para lazer e quartos aconchegantes, diferente da realidade atual dos presídios brasileiros.

4. DIRETRIZES PROJETUAIS E APLICAÇÃO AO TEMA DELIMITADO

Utilizando como base todo o material referencial reunido através de pesquisas bibliográficas e análises de obras correlatas, neste capítulo será apresentado o local a que se destina a obra, contextualizando a cidade e analisando o terreno e seu entorno.

Também apresentará o programa de necessidades elaborado e o conceito arquitetônico criado para a obra juntamente com a proposta projetual.

4.1. MUNICÍPIO DE CASCAVEL PR

O povoamento se deu efetivamente no final da década de 1910, por colonos e caboclos e descendentes de imigrantes eslavos, no auge do ciclo da erva-mate. Na década de 1930, o ciclo da erva mate cessou, iniciando o ciclo da madeira que atraiu muitas famílias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, principalmente, colonos poloneses, italianos e alemães, que juntamente estabeleceram a base populacional do município. (IBGE, 2018).

A emancipação ocorreu em 14 de dezembro de 1952, na década de 1970 iniciou a fase de industrialização, simultaneamente com o aumento da atividade agropecuária, especificamente do milho e soja. A cidade possui uma topografia privilegiada, e com isso favoreceu o seu desenvolvimento e a construção de avenidas e ruas largas e bairros bem organizados. (PORTAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL, 2018).

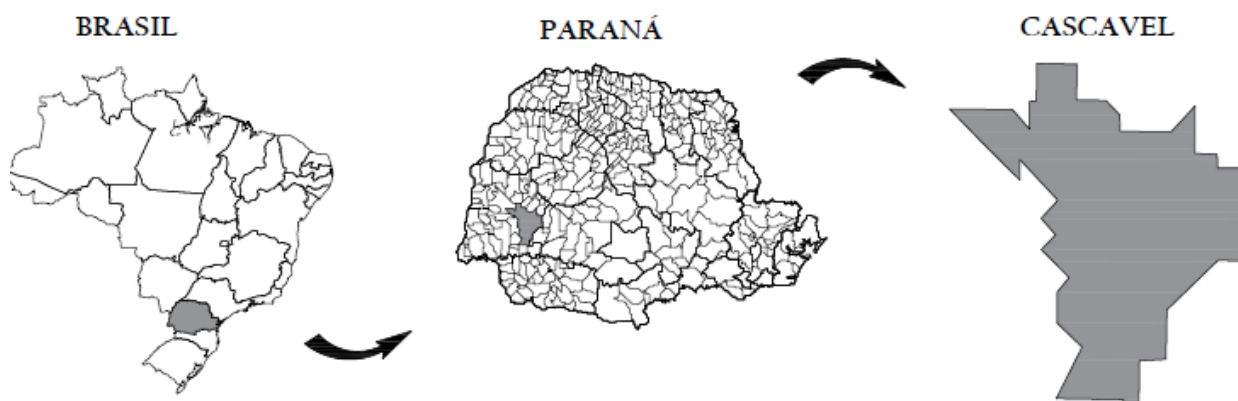
Cascavel situa-se no Terceiro Planalto do estado, na região oeste paranaense, com uma altitude média de 785 metros e uma área territorial de 2.100,831 km². A área rural é composta por 8 distritos administrativos: Sede, Diamante, Espigão Azul, Juvinópolis, Rio do Salto, São João do Oeste, São Salvador e Sede Alvorada. Está a uma distância de 491 km da capital do Estado (Curitiba), de 136 km do município de fronteira com Paraguai (Foz do Iguaçu) e 585 km do litoral (Paranaguá). As principais rodovias que margeiam a cidade são a BR 277, BR 467, BR 369, BR 163, PR 180 e PR 182 (CASCAVEL, 2018).

4.2 TERRENO DE IMPLANTAÇÃO E ANÁLISE DO ENTORNO

Os complexos ou estabelecimentos penais não devem, de modo geral, ser situados em zona central da cidade ou em bairro eminentemente residencial. Entretanto, as colônias e as casas do albergado, se não puderem ser instaladas nas proximidades de local onde existam oportunidades de trabalho e de escola, deverão localizar-se pelo menos onde haja facilidade de meios de transportes (CONJUR, 2011).

Por meio de análises e estudos foi definido um terreno apropriado e bem situado no município de Cascavel, possuindo uma ampla área útil, com facilidade de rotas de acesso.

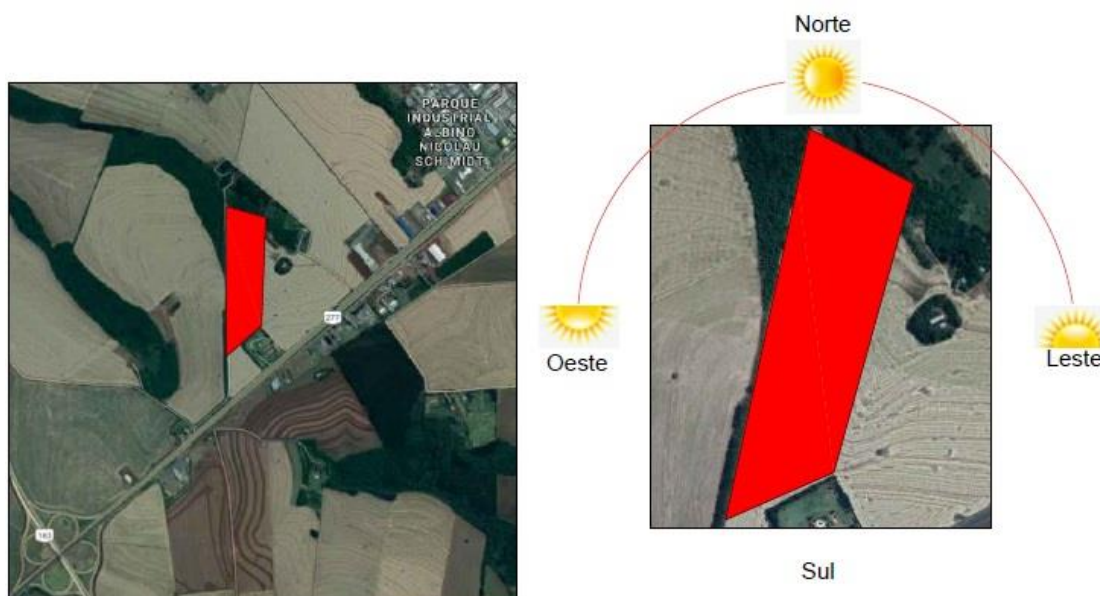
Figura 22 - Localização da cidade de Cascavel no Brasil e no Paraná.



Fonte: Geoportal (2019), editada pelo autor.

O terreno está localizado entre o Parque Industrial Albino Nicolau Schimidt e o contorno Oeste. A menor incidência solar fica na região sul, com testada para a Br 277.

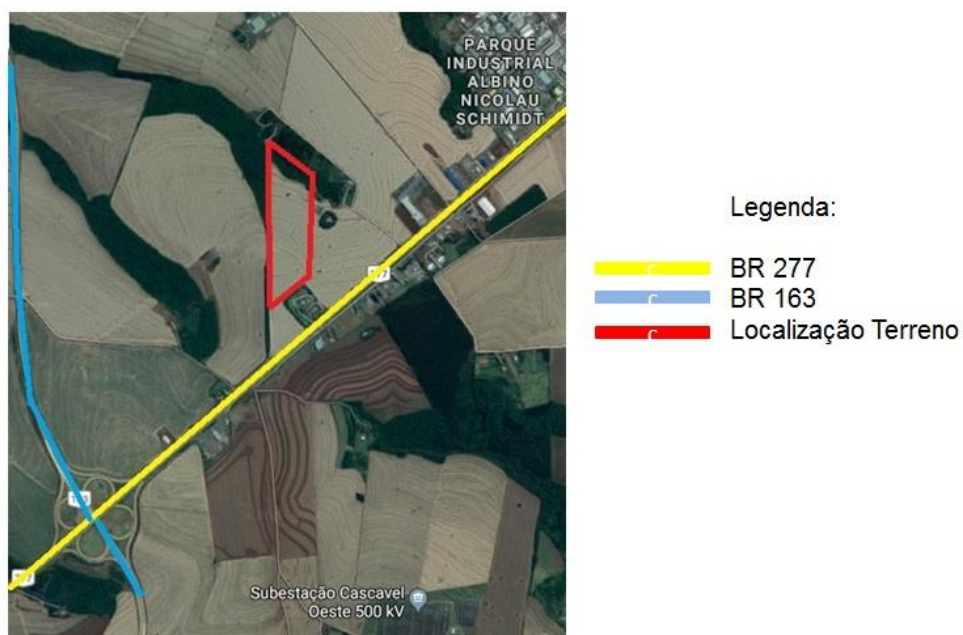
Figura 23 - Localização do terreno e análise climática.



Fonte: Google Maps (2019) editado pelo autor.

Segundo a Simepar (2019) o vento predominante no terreno vem da direção nordeste. O lote de estudo dispõe de fácil acesso para os visitantes, pois se localiza a rodovia da BR 277, próximo ao trevo contorno Oeste, na fazenda Andrada, possui 161448.75 de área total. Estabelece a taxa de ocupação máxima de 60% e taxa de permeabilidade mínima de 40%.

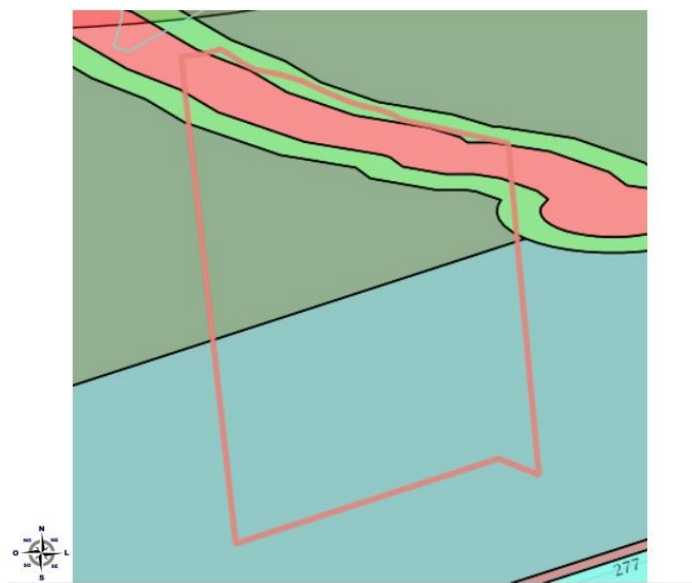
Figura 24 - Mapa de Acessos



Fonte: Google Maps (2019) editado pelo autor

De acordo com Lerner (2015), para uma implantação de grande porte se estabelece que o ideal seja possibilitar o fácil acesso a transportes e a rede de serviços, garantindo desta forma a segurança dos usuários. O terreno possui uma área de preservação permanente com uso controlado, onde serão propostas áreas para pistas de caminhada e criação de pomares.

Figura 25 - Zoneamento



Fonte: Geoportal Cascavel (2019) editado pelo autor

Por meio do Geoportal de Cascavel foi possível analisar o desnível que gira em torno de vinte e cinco metros. Onde a proposta projetual procura aproveitar ao máximo o perfil natural do terreno.

Figura 26 - Desnível do terreno



Fonte: Geoportal Cascavel (2019)

4.3 CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO

Todos os partidos são aceitáveis, mas precisam ser comprovadas totalmente as medidas que preveem funcionalidade, impacto ambiental, segurança. Sendo adotado qualquer tipo de sistema construtivo para os sistemas penais. Contando que sejam atendidos todos os requisitos aqui contidos e garantindo a segurança e solidez da obra. Desta forma varia o setor que esteja o modulo e sua segurança, a edificação pode ser feita em: tijolos de alvenaria, ou blocos de alvenaria de concreto, concreto armado moldado in loco, pré-moldado, concreto pré-fabricado (CONJUNR, 2011).

O modelo seguido nesse projeto se dá pela falta de informações no sistema penitenciário dentro da arquitetura. Várias considerações referentes ao sistema arquitetônico prisional se tornam indiferente no dia a dia dentro da sociedade. Dessa forma existe uma grande necessidade de observar este meio devido à falta de entendimento em relação as penitenciárias.

4.4 INTENÇÕES PROJETUAIS

A intenção projetual para a penitenciária inclusiva baseia-se no predomínio da linguagem arquitetônica concentrada na essência de Mies Van Der Rohe “menos é mais” utilizando com abundância os panos em vidros, priorizando a pureza formal, transparência e o minimalismo formal, com o uso de linhas retas (BENEVOLO, 2001).

Os edifícios tem que ser projetados atendendo os requisitos necessários quanto ao custo da construção, sendo considerado o material a ser usado, com o objetivo de reduzir gastos que podem acarretar manutenção e funcionamento, não podendo causar

prejuízo das condições mínimas de comodidade, mantendo a segurança e a preservação dos direitos fundamentais da pessoa humana (CONJUR, 2011).

Deve-se primar por aspectos de harmonização do ambiente com a vida humana, de forma a favorecer o equilíbrio, a saúde e a tranquilidade, considerando itens como a pintura (cores), acabamento, configuração espacial que minimize a sensação de opressão, respeito ao espaço pessoal, layout dos ambientes obedecendo aos princípios da ergonomia etc. Tais cuidados são necessários para minimizar os efeitos da prisionalização, nocivos à saúde mental, não só dos presos, mas também dos funcionários que vivenciam os espaços prisionais (CONJUR, 2011).

A utilização de materiais tecnológicos, focando na aparência moderna, com vidros, para sobressair a continuidade espacial, possibilitando integração com o local, e estimular o convívio social dos que ali estão. Diante disso, elementos brutalista aparecem para agregar qualidades na obra, transmitindo a estética da estrutura aparente, com a construção de vários espaços, com ordem e organização, estudados para a melhor acomodação do indivíduo, com funcionalidade e flexibilidade a obra. Assim como a utilização de concreto armado, madeira e aço.

4.5 PROGRAMA DE NECESSIDADES E SETORIZAÇÃO

Conforme Moreira e Kowaltowski (2009) esse processo cumpre um papel importante tendo como intuito a aquisição, compreensão e organização dos conhecimentos para o desenvolvimento do projeto. Ainda Pinto (2013), define como a primeira etapa para a evolução projetual, estabelecendo condições a serem seguidas ao decorrer do processo, expor as necessidades do município e da população, identificar as atividades envolvidas no projeto, estabelecer os pré-dimensionamentos baseados nas pesquisas e estudos de referências projetuais selecionadas conforme o caráter da implantação e dividindo as atividades em setores e ambientes distintos conforme sua utilização.

Baseado nas análises de correlatos e referências é possível elaborar o programa de necessidades permitindo a concretização das ideias adquiridas para a penitenciária inclusiva, que possa atender as carências do município e proporcionar espaços integrados ao entorno, proporcionando a ressocialização para o detendo.

Tabela 01- Programa de Necessidades Administração

Descrição	Quantidade	Área
Sala de Monitoramento	01	15m ²

Sala de Reuniões	01	10m ²
Apartamento de Visitas	01	10m ²
Atendimento Jurídico	01	10m ²
Atendimento Familiar	01	10m ²
Almoxarifado	01	10m ²
Pertences	01	15m ²
Sala do Diretor	01	10m ²
Sala do Vice-Diretor	01	10m ²
Segurança	01	10m ²
Sala de Revistas	01	10m ²
Sanitários	02	15m ²
Recepção/Espera	01	7m ²
Sala de Atendimento	01	7m ²
Enfermaria	01	10m ²
Sala de Odontologia	01	8m ²
Sala de Raio-X	01	8m ²
Consultório	01	7m ²
Sala de Curativos	01	8m ²
D.M.L/Depósito	01	10m ²
Copa Funcionários	01	10m ²
Bwc/Vest/Funcionários	01	10m ²

Tabela 02- Programa de Necessidades Bloco de Capacitação

Descrição	Quantidade	Área
Oficina de Consertos	01	30m ²
Oficina de Pintura	01	30m ²
Oficina de Musica	01	30m ²
Oficina de Culinária	01	30m ²
Oficina de Jardinagem	01	30m ²
Oficina de Carpintaria	01	30m ²
Oficina de Barbearia	01	30m ²
Oficina de Cerâmica	01	30m ²

Sala de Informática	02	30m ²
Refeitório	01	80m ²
Sanitários	01	20m ²
D.M.L/Depósito	01	10m ²
Copa Funcionários	01	10m ²
Bwc/Vest/Funcionários	01	10m ²

Tabela 03- Programa de Necessidades Bloco de Estudos

Descrição	Quantidade	Área
Biblioteca	01	40m ²
Sala de Aula	05	30m ²
Sala multiuso	02	30m ²
Sala de informática	02	30m ²
Sala dos Professores	01	25m ²
Refeitório	01	80m ²
D.M.L/Depósito	01	10m ²
Copa Funcionários	01	10m ²
Bwc/Vest/Funcionários	01	10m ²

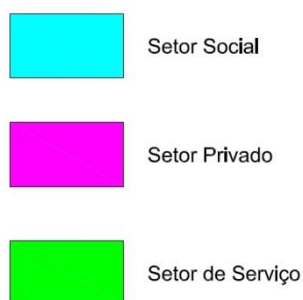
Tabela 04- Programa de Necessidades Bloco de Habitação

Descrição	Quantidade	Área
Quarto	05	15m ²
Cozinha	01	10m ²
Sala de Convivência	01	15m ²
Sanitário	02	8m ²
Lavanderia	01	10m ²

4. 6 FLUXOGRAMA E PLANO DE MASSA

O fluxograma visa a melhor compreensão da distribuição dos setores no terreno, assim facilitando o desenvolvimento do plano de massa. A princípio o fluxograma organiza a ideia da proposta, determinando os acessos e a melhor localização para os setores.

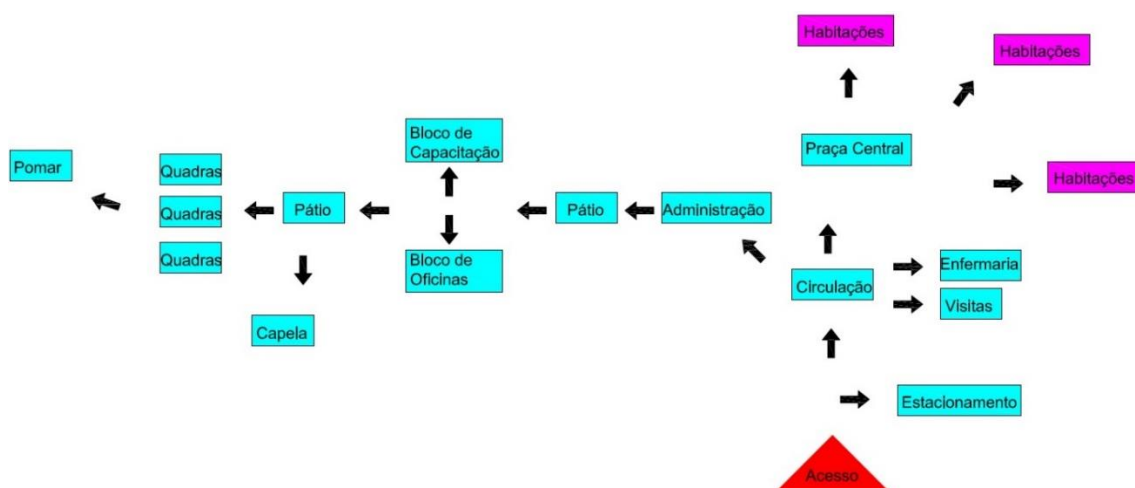
Figura 27 - Legenda Setores



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A ideia é que o edifício possa acolher o indivíduo, propondo uma planta de livre acesso e integrada à praça central, possibilitando uma circulação interligada com os setores, fornecendo ao usuário uma ampla visualização do entorno e da praça. Separando as circulações e acessos de serviços das áreas públicas e sociais.

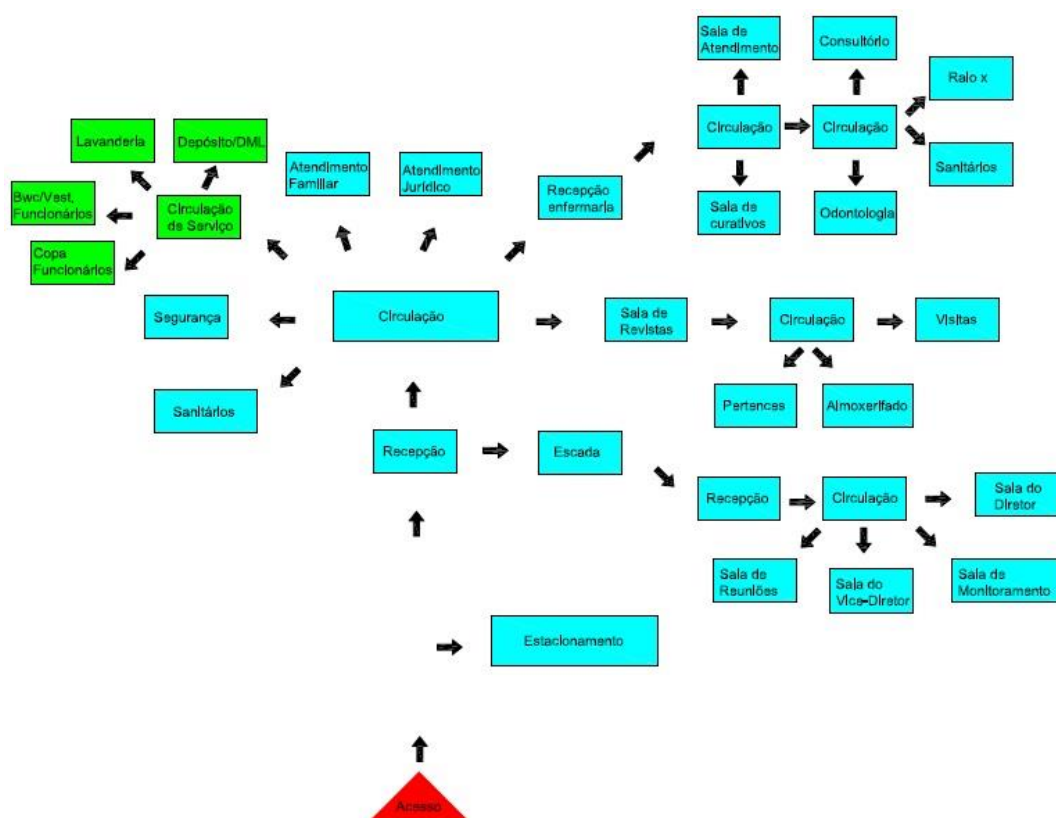
Figura 28 - Fluxograma Geral



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

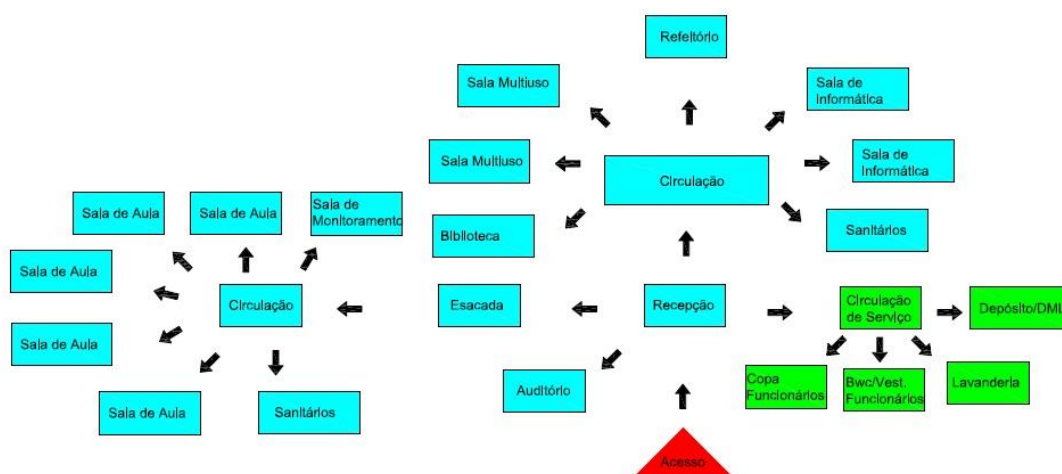
A partir disso, cria-se o fluxograma específico por blocos o qual é detalhado a distribuição e a ligação entre os ambientes, à definição dos acessos públicos e privados em relação ao local.

Figura 29 -Fluxograma Administração



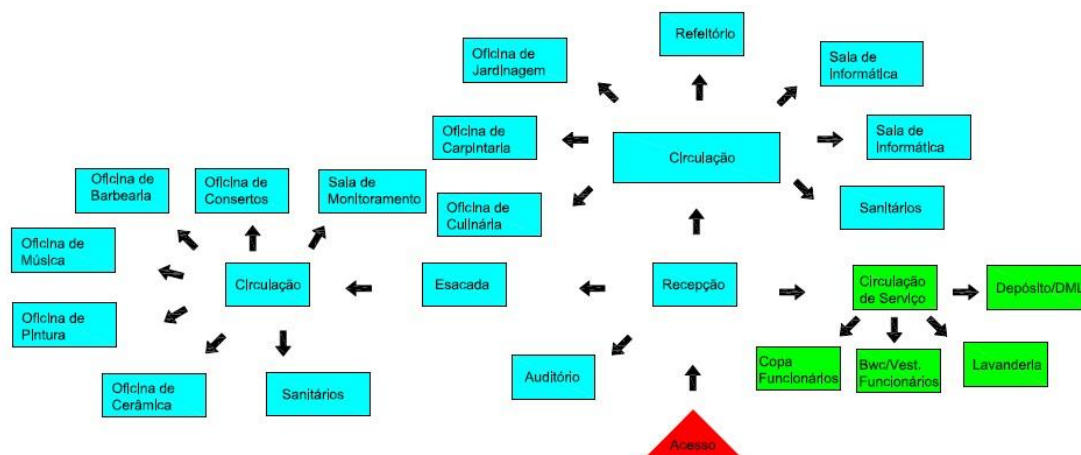
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 30 - Fluxograma Bloco de Capacitação



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 31 - Fluxograma Bloco de Oficinas

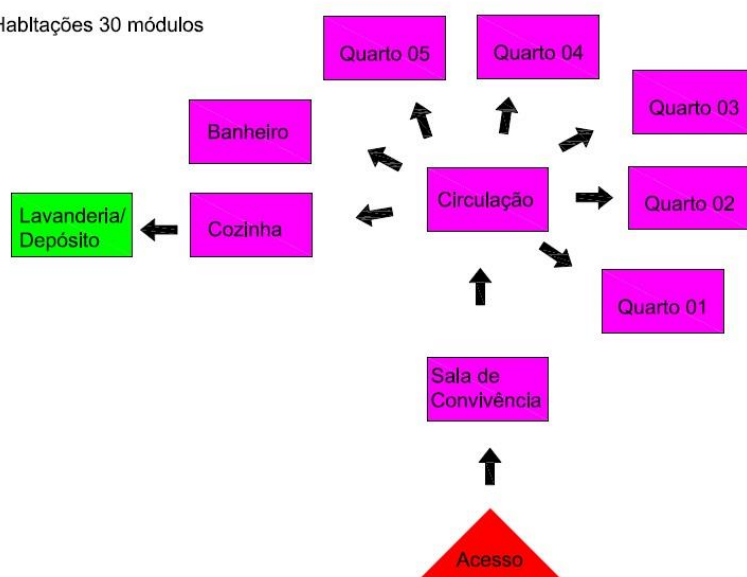


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A cela individual é a área com menor metragem no estabelecimento carcerário. Nesta cela deve haver cama e área de higienização pessoal, contendo lavatório e vaso sanitário, além de espaço para circulação. Chuveiro pode ser colocado para fora das celas em local determinado. Também podem ser colocados: mesas com bancos, divisórias, entre outros elementos de apoio. Se for utilizado o chuveiro dentro da cela, a área terá que ser de no mínimo seis metros quadrados, com a inclusão de cama, e aparelho sanitário. Indiferente de o chuveiro se encontrar dentro ou fora da cela (CONJUR, 2011).

Figura 32 - Fluxograma Habitações

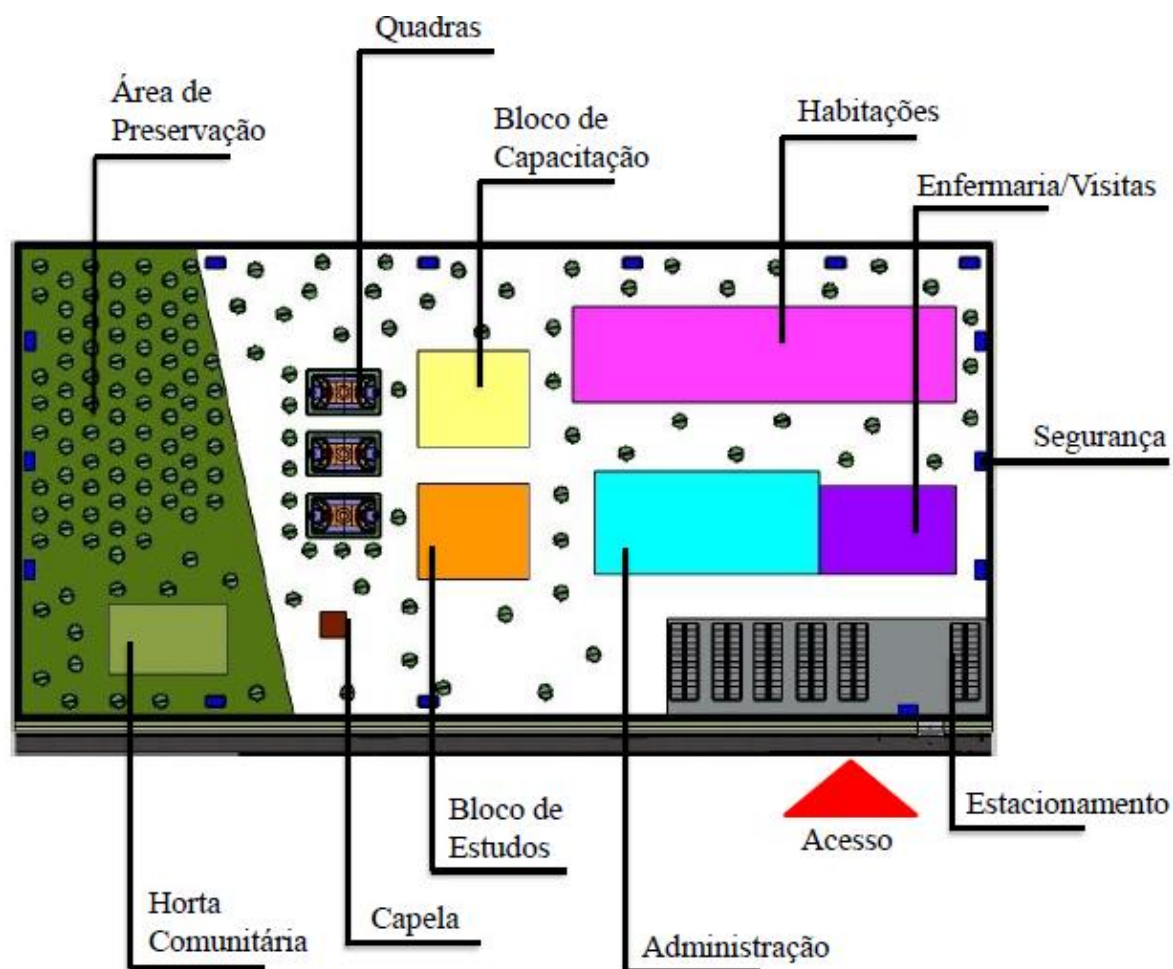
Habitações 30 módulos



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Com a elaboração do plano de massa, é possível visualizar de forma mais clara a implantação, os acessos e os ambientes interligados entre si, etapa que para Macedo (1989) auxilia no desenvolvimento e aperfeiçoamento da proposta projetual, podendo surgir questionamentos e possíveis estudos para melhores possibilidades espaciais.

Figura 33 – Plano de Massa



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permite repensar a prática no espaço prisional, no qual, além dos desafios encontrados pelos agentes diariamente, deve propiciar novas discussões sobre a temática, relacionada à população carcerária em volume crescente no país, e tornada como a terceira maior do mundo, evidenciando assim, a fragilidade do sistema penitenciário enquanto ferramenta de punição e ressocialização.

A parte inicial da pesquisa exhibe a introdução, composta por assunto, tema, problema de pesquisa, justificativas, objetivos gerais e específicos, marco teórico e metodologia científica utilizada. Em seguida, abordou-se o surgimento e evolução do sistema e da arquitetura prisional e sua respectiva função social, possibilitando assim, a compreensão dos aspectos influenciadores da abordagem arquitetônica. A arquitetura Penitenciária no Brasil, contudo, os pequenos avanços das edificações penitenciárias não são inovações, mas sim, reparos modernizados dos padrões arquitetônicos notáveis de outros países.

O terceiro capítulo abrange a realização de análises de referências e obras correlatas, explorando seus aspectos funcionais, formais e construtivos que permitem o embasamento para o desenvolvimento da elaboração do projeto da penitenciária, utilizando as contribuições que as obras irão agregar para o projeto.

Em continuidade, no quarto capítulo é ressaltado as diretrizes projetuais aplicadas para atender as exigências do projeto, fornecendo qualidade espacial para a população, abrange a escolha de conceito, partido arquitetônico, estudo do terreno referente ao local de implantação e o programa de necessidades, assim norteando para a evolução do projeto arquitetônico.

Todos os fatores analisados, juntamente com a fundamentação teórica e as diretrizes projetuais, buscaram ampliar o conhecimento na área de estudo, favorecendo a elaboração de um projeto mais aprofundado. Pode-se considerar que o tema proposto é de grande importância para a cidade, de forma que em Cascavel há a necessidade de um novo sistema penitenciário, onde o preso não seja apenas enjaulado dentro de uma cela até o cumprimento de sua pena. A ressocialização dos delinquentes no município é de extrema importância para reduzir a criminalidade que hoje vivenciamos.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, R. D. **A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro**. Revista CEJ, Brasília, Ano XI, n. 39, p. 74-78, out./dez. 2007.
- BARATTO, R. **Concurso Nacional para a sede de AEA Sorocaba**: ArchDaily Brasil. <<https://www.archdaily.com.br/br/923800/2o-lugar-no-concurso-nacional-para-a-sede-da-aea-sorocaba>> Acesso em 25 set. 2019.
- BARBIÉRI, L.F. **CNJ registra pelo menos 812 mil presos no país; 41,5% não têm condenação**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 17 de jul. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/17/cnj-registra-pelo-menos-812-mil-presos-no-pais-415percent-nao-tem-condenacao.ghtml>>. Acesso em: 25 de set. 2019.
- BEIRAS, Iñaki Rivera. Lineamientos garantistas para una transformación radical y reduccionista de la cárcel (una visión desde Espanha). Revista Delito y sociedad:
- BENEVOLO, L. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 5ª edição, São Paulo, Perspectiva, 2010.
- CANTO, D. Á. **Regime inicial de cumprimento de pena reclusiva ao reincidente**. 2000. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC).
- _____. **Centro Educacional da Academia Viettel / VTN Architects**: ArchDaily Brasil..< <https://www.archdaily.com.br/br/919115/centro-educacional-da-academia-viettel-vtn-architects>> Acesso em 25 set. 2019.
- COLIN, Silvio. **Uma Introdução à Arquitetura**. Rio de Janeiro: Editora UAPÊ, 2000.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010. **Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 20, 20 maio 2010. Seção 1.
- CORBUSIER, Le. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- COSTA, Alexandre Mariano. **O trabalho prisional e a reintegração do preso**. Florianópolis: Insular, 1999, p. 14.
- COSTA, Leandra. L. L. **A luz como modeladora do espaço na Arquitetura**. Covilhã, 2013. Disponível em: Acesso em: 10 de out. 2019.

- ESTECA, Augusto Cristiano Prata. **Arquitetura Penitenciária no Brasil: análise das relações entre a arquitetura e o sistema jurídico-penal**. Dissertação de mestrado apresentado ao programa de pós-graduação - Curso de Mestrado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, DF. 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/8739>> Acesso em: 13 ago. 2019.
- FALCONI, Romeu. **Sistema presidial: reinserção social?**. São Paulo: Ícone, 1998.
- FAG. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos. 4ª Ed. Cascavel; FAG, 2011.
- FARIAS JUNIOR, J. **Manual de criminologia**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2001.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. 20 ed. Petrópolis. Editora Vozes. 1987.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir. História da violência nas prisões**. 33ª ed. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GODOTTI, M. **Palestra de encerramento**. In: Maida, M. J. D. (Org.) Presídios educação. São Paulo: Funap, 1993.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Debates, 2005.
- GURGEL, M. **Projetando espaços: guia da arquitetura de interiores para áreas comerciais**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.
- HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1999.
- JOHNSTON, Norman. **Forms of Constraint: a history of prison architecture**. Illinois: University Illinois Press, 2000.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LEAL, César B. **Prisão: crepúsculo de uma era**. Belo Horizonte. Del Rey, 2001.
- _____. **Leoben Justice Center**. Disponível em <<https://www.atlasobscura.com/places/justizzentrum-leoben>>. Acesso em: 27 Set. 2019.
- MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

- MASSON, Cleber. **Direito penal.** Disponível em: <<http://www.buscape.com.br/cprocura/direito-penal-esquematizado-parte-geral-vol-1-clebermasson-isbn-9788530960162>>. Acesso em: 14 de Ago. 2019
- MENDES, Chico; VERÍSSIMO, Chico e BITTAR, William. **Arquitetura no Brasil: de Cabral a Dom João VI.** Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.
- MIRABETE, Julio Fabrini. **Execução penal.** São Paulo: Atlas, 2004.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução Penal.** 8 ed. São Paulo, 1997.
- MONTEZUMA, Roberto. **Arquitetura Brasil 500 anos: uma invenção recíproca.** Recife: UFP, 2002.
- MOREIRA, D. C.; KOWALTOWSKI, D. C. K. Discussão sobre a importância do programa de necessidades no processo de projeto em arquitetura. **Revista Ambiente Construído.** Porto Alegre, v. 9, n. 2, abr./jun. 2009, p. 31-45.
- OLIVEIRA, Adriano Bezerra Caminha de. **O trabalho como forma de ressocialização do presidiário.** 2007. Acesso em: <[http://www.mpce.mp.br/esmp/biblioteca/monografias/d.penald.proc.penal/o.trabalho.como.forma.de.ressocializacao.do.presidiario\[2007\].pdf](http://www.mpce.mp.br/esmp/biblioteca/monografias/d.penald.proc.penal/o.trabalho.como.forma.de.ressocializacao.do.presidiario[2007].pdf)>. Acessado em 25 Ago. 2019.
- OLIVEIRA, da Amaral Fernanda. **Os modelos penitenciários no século XIX. Mariana.** 2007. Artigo científico apresentado ao seminário nacional de história da histografia: histografia brasileira e modernidade, do curso de bacharel em história da universidade federal de Juiz de Fora.
- OLIVEIRA, Odete M. **Prisão: um paradoxo social.** 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2003.
- OTTOBONI, M. **A comunidade e a execução da pena.** Aparecida: Santuário, 1984.
- PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico – prática.** 8a ed. Campinas: Papirus, 2002.
- PAIVA, Patricia Duarte de Oliceira. Paisagismo: Conceitos e Aplicações. 1º edição, UFLA, 2008.
- PALLASMAA, Juhani. Os olhos da pele: A arquitetura e os sentidos. Porto Alegre, Bookman, 2011.
- PORTAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL. Indicadores Cascavel Paraná 2014. Disponível em: < <http://www.cascavel.pr.gov.br/indicadores.php>>. Acesso em: 11 out. 2019.
- PINTO, A. D. S. **O papel do programa de necessidades no processo de projeto arquitetônico.** Revista Especialize On-line IPOG. Goiânia, 5ed. , nº 5, v. 01/2013.

RASMUSSEN, S. E. *Arquitetura vivenciada*. Tradução: Álvaro Cabral. Martins Fontes: São Paulo, 2002.

ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Angela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia clínica e psicologia criminal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

SILVA, da Caetano Harold. **Arquitetura penitenciária: A simplicidade como solução**. Boletim IBCCRIN, nº191, out. 2008.

SIMEPAR, Sistema Meteorológico do Paraná. **Estações Meteorológicas do Simepar no Paraná**. 2019. Disponível em <http://www.simepar.br/prognozweb/simepar/dados_estacoes/24555296>. Acesso em: 08 Out. 2019

SUN, Érika Wen Yih. **Pena, prisão, penitência**. Dissertação de Mestrado, Brasília, 2008. Disponível em: Acesso em: 10 Ago. 2019.

SOUZA, C. M. **O trabalho no sistema penitenciário**. Brasília, 2002.

VASSALO; L. M. P. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

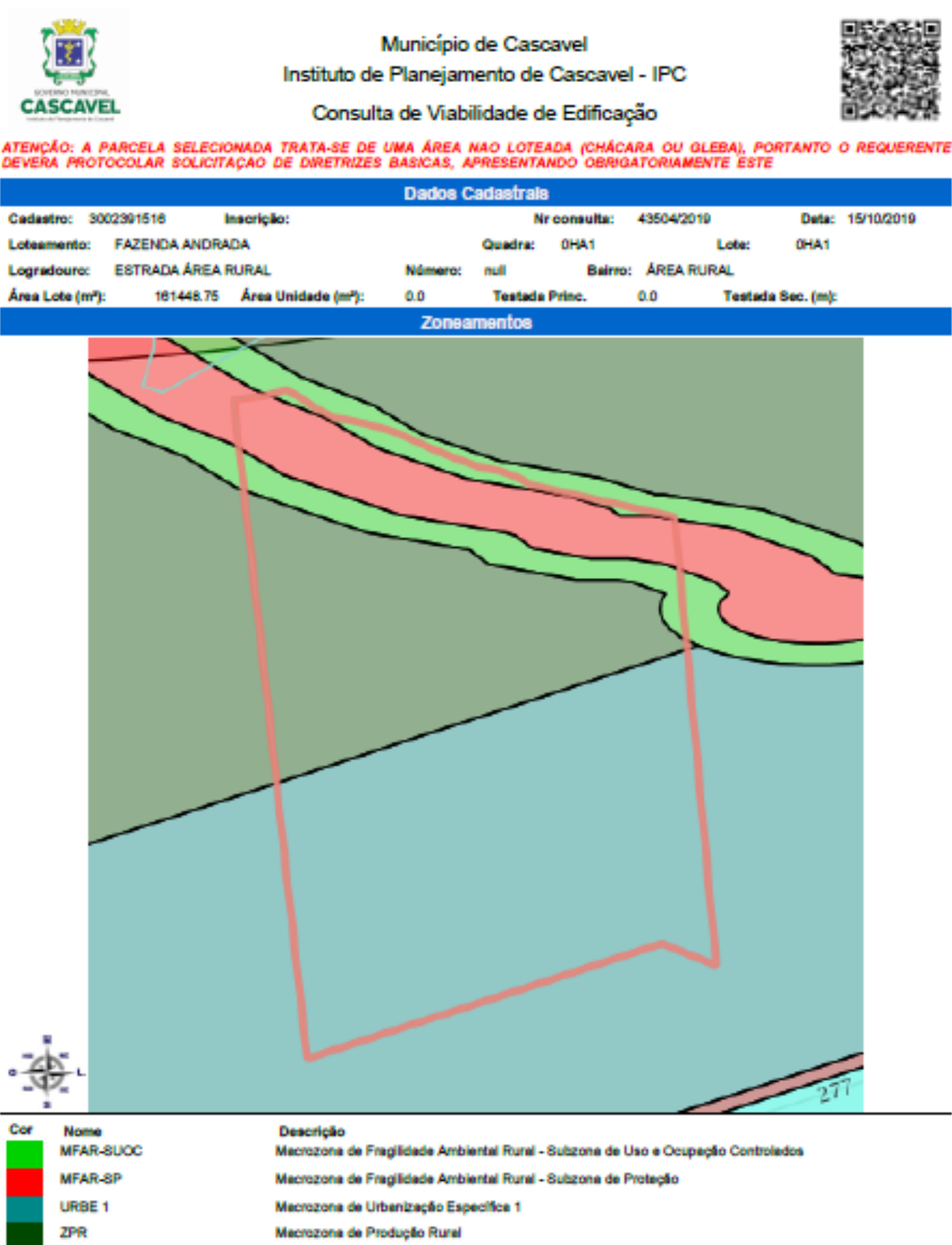
VIANA, L.Q. **A contribuição da arquitetura na concepção de edificações penais no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: Acesso em 15 de Agosto de 2019.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ZEVI, Bruno. **Saber Ver a Arquitetura**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.

ANEXO

ANEXO A CONSULTA PRÉVIA



Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo					
Zona	Área (%)	Área (m²)	TO Máx. (%)	TP Min. (%)	
MFAR-SUOC	7.44	12011.7870	-	-	
MFAR-SP	10.89	17581.7689	-	-	
URBE 1	51.24	82726.3395	60	40	
ZPR	30.43	49128.8547	-	-	
Zona	R. Fron. Min. (m)	CA Min	CA Bas	CA Max	Atividades Permitidas
MFAR-SUOC	- (**2)	-	-	-	(I) - [R2, NR5, NR7, NR8, NR1, NR3, NR2, R1]
MFAR-SP	- (**2)	-	-	-	(I) - [NR5, NR7, NR8]
URBE 1	5 (**2)	-	1 (**4) (**08)	1 (**4)	(I) - [R2, NR5, NR7, NR8, NR1, NR3, R1, NR2, NR3*]
ZPR	- (**2)	-	-	-	(I) - [R2, NR5, NR7, NR8, NR1, NR3, NR2, R1]
Zona	Altura Max.	R. La/Fun.Min.	Quota Min./Eco. (m²)	Quota Min./Res. (m²)	
MFAR-SUOC	- (**1)	-	-	-	
MFAR-SP	- (**1)	-	-	-	
URBE 1	- (**1)	3 (**5)	-	1500	
ZPR	- (**1)	-	-	-	

Observações

(I) - Conforme Tabela 2 do Anexo I da Lei de Uso do Solo

(**1) - Respeitado o disposto no Art. 36, parágrafo único desta lei. "Art. 36: A altura das edificações não constitui característica homogênea de determinada Zona e varia segundo a ocorrência dos Parâmetros de ocupação do lote, especialmente para controle das condições de salubridade no meio urbano, respeitada a relação entre afastamento das dividas e a altura da edificação." Parágrafo Único: A altura máxima da edificação deverá obedecer a legislação pertinente referente ao plano da Zona de proteção dos Aeródromos.

(**2) - Nos imóveis lineares à rodovia será medido a partir do limite regulamentar da via marginal. Nos imóveis lineares à Estrada Municipal Principal EMP será medido a partir do limite regulamentar da faixa de domínio da via. Em todos os casos atender o limite de áreas não edificáveis definidos na lei de Parcelamento do Solo.

(**3) - Havendo ponto de estrangulamento no lote, deverá permitir passagem com largura mínima igual ou superior a 2/3 da Testada Mínima.

(**4) - Tratando-se de uso exclusivamente residencial no lote em URBE 1, o coeficiente de aproveitamento básico e o coeficiente de aproveitamento máximo é de 0,3.

(**5) - Respeitado o mínimo de 1,5 metros.

(**08) - A URBE 1 é constituída pelos imóveis localizados ao longo das Rodovias e Estradas Municipais Principais, na distância de 500 metros para cada lado, medidos a partir da faixa de domínio da via, obedecendo as seguintes condições: I. Possuam testada para a via marginal ou para as faixas de domínio de Rodovias e Estradas Municipais Principais, assim caracterizadas no mapa 1 do anexo I desta lei; II. Estejam localizados fora das áreas definidas como outras URBES, da Macrozona de Fragilidade Ambiental Rural e dos perímetros urbanos das sedes distritais. III - caso o imóvel dentro desta zona não possua testada para a via marginal, deverá ser criado acesso até via oficial. IV - deverá ser apresentada documentação de comprovação de existência de acesso, ou termo de seção de uso relativo ao acesso a marginal, até via oficial, devendo esta informação ser registrada em matrícula.

Atenção

Formulário informativo para elaboração de projeto. Não dá direito de construir. A manifestação do IPC restringe-se a análise da Lei Municipal de Uso do Solo nº 6.698/2017, havendo alteração desta, a presente consulta estará automaticamente cancelada. Em caso de dúvidas ou divergência nas informações impressas, valem as informações atualizadas do Lote, bem como a Legislação vigente.

Nos lotes atingidos parcialmente pela Zona de Fragilidade Ambiental Urbana - Subzona de Proteção, poderá ser computado para o cálculo do C.A. Bás. a área total do imóvel, devendo a edificação ser implantada totalmente dentro da zona edificável do lote.

Início da obra somente após a expedição do Alvará de Construção. O estabelecimento deve atender as normas de acessibilidade, conforme disposto no art. 11, do Decreto Federal 5.206/2004 em conformidade com a NBR 9050/2015.

O deferimento da consulta não concede o uso da propriedade e o direito de iniciar as atividades sem o devido alvará de estabelecimento.

Em caso de Condomínio Edifício acima de 20 unidades, o interessado deverá protocolar solicitação de diretrizes básicas.

As calçadas devem atender o disposto na Lei Municipal nº 5774/2011 - Programa: "CALÇADAS DE CASCAVEL".

As vagas de estacionamento deverão ser atendidas conforme anexo IV da Lei Municipal de Uso do Solo nº 6.698/2017. Para Consulta de Edificação de lotes que não constam no GeoCascavel, entrar em contato com o Instituto de Planejamento de Cascavel.